

Plenário aprova a fidelidade partidária

PEC de Marco Maciel que estabelece a perda do mandato para quem trocar de legenda agora segue à Câmara. O texto assegura aos partidos a titularidade de todos os mandatos, proporcionais e majoritários.

PÁGINA 7

Senado quer atendimento pessoal por telefônicas

PÁGINA 10

Conselho: relatores pedem mais tempo

Relatores de três processos contra Renan Calheiros pediram mais tempo para apresentar seus pareceres. E o PSOL apresentou a sexta representação contra Renan e uma contra Eduardo Azeredo.

PÁGINA 9

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

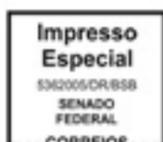
PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13



JOSE CRUZ

Busca de acordo: Tião Viana recebeu no gabinete o vice-presidente José Alencar, ministros e parlamentares de todos os partidos

CPMF: quem ganha menos pode ser isento

O líder do PMDB, Valdir Raupp, disse que há possibilidade de o governo aceitar um teto de isenção para a CPMF no caso de

quem ganha até R\$ 2,5 mil. Na maratona de negociações, senadores devem se reunir com o presidente Lula para tratar do imposto.

PÁGINAS 3 A 5

Bebês devem ganhar seis meses de dedicação exclusiva



Flickr

Aumento da licença-maternidade de quatro para seis meses, proposto por Patrícia Saboya, foi aprovado em decisão terminativa; para virar lei, agora espera a deliberação da Câmara dos Deputados

PÁGINA 8

CPI do Apagão Aéreo aprecia relatório na quarta-feira

PÁGINA 2

Cidadania

Quem poupa com disciplina lida melhor com imprevistos

Ter metas financeiras é o primeiro passo para quem quer poupar. A prática também garante tranquilidade na hora de lidar com situações imprevistas. Veja nesta segunda edição sobre planejamento financeiro mais dicas para fazer o dinheiro render.

PÁGINA 16

TRIBUTAÇÃO Na primeira semana de negociação para prorrogar CPMF no Senado, duas propostas ganham força



José Alencar e Tião Viana, entre os senadores e representantes do governo: oposição elogiou iniciativa do encontro, mas não saiu convencida pelos argumentos do governo

Governo busca acordo para CPMF

A primeira semana de negociações para a votação no Senado da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação das Receitas da União (DRU) começou com um gesto político do governo – a visita do vice-presidente José Alencar ao Senado – e terminou com o fortalecimento de uma proposta concreta – a isenção do imposto para quem ganha até R\$ 2.500 mensais.

A presença de Alencar, que exerceu a Presidência na semana passada durante viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África, foi elogiada tanto por governistas quanto por opositores e deu início a uma série de outras conversas destinadas a garantir a aprovação da PEC sem alterações, principal objetivo do governo. Isso porque, se houver mudanças, o projeto terá de voltar à Câmara, o que comprometeria sua aprovação ainda este ano e suspenderia a arrecadação do imposto.

Entre as propostas de acordo, ganhou destaque a articulada entre os líderes do PMDB, Valdir Raupp (RO), e do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que prevê isenção da CPMF para quem ganha salário de até R\$ 2.500. Segundo informou Raupp na sexta-feira, o impacto dessa medida nas contas do governo ficaria em torno de R\$ 1 bilhão – valor baixo se comparado aos cerca de R\$ 38 bilhões arrecadados anualmente com a contribuição.

Raupp, que já havia debatido a sugestão com a bancada do

PMDB, também cogitou a criação de um redutor progressivo do imposto para que a alíquota passe dos atuais 0,38% para 0,08%.

Segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que participou de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (*leia mais na página 4*), a redução gradual da contribuição é possível, desde que se preserve o equilíbrio fiscal. Sobre a criação da isenção, o ministro defendeu um exame mais cauteloso, mas deixou a negociação em aberto.

O ministro advertiu que o go-

verno não terá outra alternativa senão encontrar novas receitas ou cortar gastos caso a prorrogação da CPMF ultrapasse dezembro, o que acarretaria perdas estimadas em R\$ 10 bilhões.

– Isso terá conseqüências. Ou arrumamos receita ou haverá redução e cortes de despesas de programas.

O próximo capítulo da negociação poderá acontecer no Palácio do Planalto, caso se consolide a sugestão de José Alencar para que senadores se encontrem com o presidente Lula (*veja abaixo*).

DEM elogia Alencar, mas mantém-se contra prorrogação

Em discurso no Plenário na sexta-feira, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiou o trabalho do vice-presidente da República, José Alencar, mas criticou a atitude do governo Lula em relação às negociações com o Congresso para aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a CPMF.

– Nós, da oposição, tivemos um encontro proveitoso com o vice-presidente da República, um passo delimitador sobre o qual deve-se louvar acima de tudo a humildade de José Alencar, ao ouvir por mais de quatro horas opiniões contrárias às suas, sem interromper o interlocutor – elogiou.

No entanto, para o senador, todas as dificuldades para aprovar a PEC da CPMF no Senado foram criadas pelo próprio governo. A proposta, segundo ele, poderia ter sido negociada já na Câmara dos Deputados, com a previsão de uma redução gradativa da contribuição. Na sua opinião, isso não ocorreu por arrogância do governo.

Heráclito Fortes também criticou as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Angola sobre o comportamento

dos representantes do DEM em relação ao assunto. O senador disse que Lula ficou com ciúmes do sucesso do vice-presidente nas negociações com o Senado.

Ainda no dia da visita de José Alencar, o líder do DEM, José Agripino (RN), já havia declarado não ter se convencido com os argumentos do governo a favor da prorrogação da CPMF.

Agripino afirmou que o encontro serviu para “oxigenar” a relação do Executivo com o Legislativo, mas não para mudar suas convicções a respeito da CPMF. O líder indagou por que o governo aguardou por cinco meses que essa PEC fosse votada na Câmara e agora pressiona o Senado para que vote a matéria até o fim do ano.

– O Senado tem o direito de debater a matéria e o regimento será respeitado. Essa reunião foi um gesto do Poder Executivo que deve ser aplaudido, mas cada um aqui tem os seus argumentos e vai vencer o melhor. O DEM espera que o bom argumento da carga tributária insuportável seja suficiente para convencer os senadores de que chegou a hora de acabar com a CPMF – defendeu.

Senadores devem se reunir com Lula

Um grupo de senadores poderá reunir-se esta semana no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir a prorrogação, até 2011, da CPMF e da DRU.

A proposta foi feita pelo vice-presidente José Alencar, que apresentou na quarta-feira passada as razões do governo para a prorrogação do imposto ao presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), líderes e presidentes de comissões.

– Estamos aqui para dialogar com o Senado, e não para impor ou ameaçar. Entendemos que nesse encontro houve esse tipo de compreensão – afirmou José Alencar, que exerceu a Presidência da República durante viagem de Lula a países da África.

Alencar disse ter explicado aos senadores que, no momento, o governo não pode abrir mão da CPMF nem de uma redução na alíquota, mas que isso pode ser negociado no futuro.

Segundo a líder do bloco de apoio ao governo, Ideli Salvatti (PT-SC), José Alencar também propôs a criação de um grupo de trabalho para amadurecer as propostas em busca de um acordo que permita a aprovação do projeto sem alterações.



Valdir Raupp (ao fundo), na reunião da bancada do PMDB: para o líder, a proposta de faixa de isenção torna a CPMF “palatável” para muitos senadores

– O encontro abriu as negociações. Não é possível mexer no imposto neste momento, mas talvez em outras questões, como a isenção para uma determinada faixa e a desoneração da folha de pagamentos – explicou.

Já o ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, elogiou o calendário proposto pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que sugeriu o dia 20 de dezembro como data limite para aprovação.

– Tem que aprovar do jeito que está porque o governo não pode abrir mão R\$ 40 bilhões – frisou.

Tião Viana classificou de “extraordinária” a reunião com José Alencar por propiciar aos líderes e aos partidos representados reafirmarem suas convicções políticas sobre o assunto.

– Ele foi atencioso e valorizou

muito o Senado, demonstrando sua confiança de que a Casa vai achar uma saída para essa equação tão difícil que é reduzir a carga tributária respeitando o equilíbrio orçamentário – disse.

Após reunião com a bancada do PMDB, o líder Valdir Raupp (RO) avaliou que a proposta de criação de um teto para isenção pode garantir não apenas o apoio do PMDB, mas também de outras bancadas.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), porém, lamentou na sexta-feira a falta de um debate mais aprofundado sobre o assunto. Ele criticou a visita de José Alencar e a defesa do governo para que a proposta não seja alterada.

– Temos que ter autonomia para emendar a proposta, para garantir por exemplo que o imposto vá integralmente para a saúde – ressaltou.

ORÇAMENTO Nova estimativa ainda deverá ser feita em dezembro, com base nos números de setembro e outubro

Receita prevista para 2008 é de R\$ 575 bi

A Comissão Mista de Orçamento acolheu, na quarta-feira passada, aumento de R\$ 13,81 bilhões na previsão de arrecadação do governo federal para 2008, conforme proposto pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), em nome do Comitê de Avaliação de Receita. Com a reavaliação aprovada, a previsão de receitas líquidas da União para 2008 sobe para R\$ 575,06 bilhões, descontadas as transferências obrigatórias para estados e municípios. Dornelles anunciou que apresentará nova reavaliação das receitas da União no dia 10 de dezembro, assim que a Receita Federal divulgar números atualizados de arrecadação.

– Os dados de setembro e outubro devem ser melhores, o que nos dará uma visão mais clara de como poderá se comportar a arrecadação ao longo do próximo ano – afirmou o senador.

Em seu relatório, Francisco Dornelles mantém como receita condicionada R\$ 40,07 bilhões da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Durante a votação, parlamentares do DEM manifestaram-se contra o

acréscimo de receita baseada na CPMF, lembrando que o partido entrou no Supremo Tribunal Federal para derrubar o item do projeto de Orçamento que prevê gastos com base nessa contribuição.

O senador, que já foi secretário da Receita Federal, informou ter mantido todos os parâmetros macroeconômicos fixados pelo governo ao enviar ao Congresso o projeto da lei orçamentária para o ano que vem. No entanto, ele acha possível que o crescimento da economia ultrapasse a meta de 5%, podendo atingir até mesmo 6%. Dornel-

Dornelles acha que PIB pode crescer acima dos 5% no ano que vem

les se baseou em estudos técnicos dos consultores de orçamento do Congresso, cujas previsões têm sido confirmadas desde que o Legislativo passou a analisar em profundidade as projeções de arrecadação do Executivo.

Na reunião, a comissão aprovou o relatório preliminar que o deputado Vignatti (PT-SC) apresentou ao projeto do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. Ele não fez alterações significativas na proposta,

que agora receberá emendas dos parlamentares até o dia 28. Assim como o projeto do Orçamento, o PPA não é de execução obrigatória. Entretanto, os projetos da lei orçamentária anual têm de estar mencionados no PPA.

Como o Plano Plurianual é a soma de quatro orçamentos anuais, seus números são gigantescos. Ele prevê um total de gastos de

R\$ 2,31 trilhões nos quatro anos, excluindo R\$ 1,14 trilhão a ser mobilizado pela Previdência Social. Os programas de energia (eletricidade, gás, petróleo) ficarão com 36% de todos os investimentos, em sua quase totalidade a cargo de empresas estatais – R\$ 288,5 bilhões só para a área de energia.

A segunda maior fatia (28%) será direcionada a gastos sociais, entre eles Previdência e Bolsa Família. A área de transportes será beneficiada com R\$ 55,8 bilhões de 2008 a 2011, incluindo investimentos privados (concessões de rodovias). A saúde receberá no período R\$ 217,9 bilhões.



Senador Marco Maciel (C) preside audiência pública que teve quatro convidados para discutir a proposta de regulamentação

Precatórios longe de um acordo, admite relator

Um desabafo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) na semana passada, durante audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), demonstrou que está longe do fim o impasse em torno da emenda constitucional que regulamenta o pagamento de precatórios devidos pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

– Confesso que, dos inúmeros projetos que já relatei nesta Casa, esse é o mais intrincado, o mais difícil de todos. Os pontos de divergência são muito fortes, não existe uma proximidade de pensamento entre uma parte e a outra – admitiu.

Segundo o relator, o principal problema são os precatórios de maior valor, para os quais defende a criação de um deságio para permitir que estados

período para os municípios.

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no debate da CCJ, Marcos Resende observou que, para poder punir sonegadores, estados e municípios precisam dar o exemplo cumprindo as normas jurídicas e as decisões judiciais.

– O não-pagamento das dívidas judiciais por estados e municípios atenta contra o estado democrático de direito – apontou.

Ele informou que há casos de 20 anos de atraso no pagamento de precatórios. Na sua avaliação, porém, a PEC 12/06 piora ainda mais a situação ao acabar com a ordem cronológica e a preferência

Há estados com atraso de 20 anos no pagamento de dívidas judiciais

para os pagamentos para os créditos alimentares.

Na mesma direção, o presidente da comissão de precatórios da OAB-MG, José Al-

fredo Baracho Júnior, sugeriu que, em vez da realização de leilões entre os credores, as dívidas referentes a precatórios sejam reavaliadas em juizados de conciliação, nos moldes já utilizados em Minas Gerais. Ele citou o caso de um precatório com valor superior a R\$ 20 milhões que foi reduzido a R\$ 17 mil após o juizado identificar erros no cálculo inicial.

O representante da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, José Roberto de Moraes, defendeu a manutenção da estrutura da proposta de Renan Calheiros. O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Eduardo Guerra, aplaudiu a iniciativa do Senado de buscar uma solução para que estados e municípios tenham condições de pagar seus precatórios.

Senadores temem pela sorte dos pequenos credores

Durante o debate, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) observou que a situação atual não é boa para nenhuma das partes envolvidas: os credores, principalmente os pequenos, são vítimas do não-pagamento dos precatórios; e os governantes são constantemente assediados por decisões judiciais impossíveis de serem executadas.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu um critério mais rigoroso para o pagamento dos pre-

catórios com origem anterior à implantação do Plano Real. Ele lembrou que nesses casos é mais fácil serem detectados erros de cálculo ou conversões erradas de uma moeda para outra.

Paulo Paim (PT-RS) disse que o problema envolve direitos humanos, já que milhares de pessoas esperam até a morte receber uma dívida que o Estado tem com elas, e elogiou o esforço do relator.



Paulo Bernardo (E), com deputado Vignatti e senador José Maranhão: elevação paulatina

Aumento de verbas para saúde será gradual

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, avalia que a aprovação de projeto para regulamentar a Emenda Constitucional 29, com regras para definir os percentuais mínimos das receitas federais para aplicação em ações e serviços de saúde, pode gerar acréscimo de R\$ 15 bilhões nas despesas para a área ainda no próximo ano.

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o ministro adiantou que o governo não teria condições de acrescentar esse novo montante de recursos para a área de uma única vez.

– O acréscimo terá que ser gradativo. Temos que falar com franqueza para não criar mal-entendidos – disse Paulo Bernardo aos parlamentares.

Na proposta orçamentária enviada ao Congresso, o governo direciona para a saúde cerca de R\$ 47,8 bilhões em 2008 – inclusive para pagamento de pessoal – com

base em critérios de aplicação que perderam eficácia. O adicional de R\$ 15 bilhões foi definido a partir de normas estabelecidas em propostas sobre o tema que tramitam na Câmara e no Senado – uma proposta do senador Tião Viana (PT-AC), o PLS-Complementar 121/07, deve ser ainda apreciada na Comissão de Assuntos Sociais antes de ir a Plenário.

O ministro do Planejamento afirmou que a regulamentação da Emenda 29 é também tema de interesse do governo, mas espera que haja uma “solução prudente” quanto ao impacto orçamentário. Salientou, ainda, que os problemas da saúde não possuem como causa única a limitação de recursos, havendo também problemas de gestão em todos os níveis.

Paulo Bernardo avaliou que a idéia do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, de transformar os hospitais federais em fundações, com regime de pessoal sob

regras do setor privado, pode significar avanços.

– Sem investimentos em gestão, vamos continuar com os mesmos problemas – reforçou.

O ministro também reconheceu que, independentemente da regulamentação da saúde, o orçamento da área precisa ter seus valores ajustados em razão da mudança de metodologia de cálculo do produto interno bruto (PIB), que provocou o aumento dos percentuais de crescimento da economia nos últimos anos.

O deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), que será o relator da área da proposta orçamentária para 2008, disse que essa adequação trará um impacto de R\$ 1,3 bilhão sobre o Orçamento de 2007, sem contar cálculos sobre anos antecedentes.

Paulo Bernardo fez uma avaliação otimista sobre o momento econômico do país, com “o mais longo ciclo de crescimento sustentável, com transformações em áreas-chaves da economia, inflação sob controle, solidez fiscal e credibilidade monetária”.

Para ministro, saúde precisa de mais investimentos em gestão

ORÇAMENTO Em oito anos, carga tributária do país saltou de 27,8% para 34,2% do produto interno bruto (PIB)

Receita do governo não pára de crescer. Gastos também



Alvaro descarta acerto sobre alíquota porque governo não é "bom cumpridor de acordos"

Alvaro Dias: governo pode abrir mão da CPMF

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse em Plenário na quarta-feira passada que neste momento o governo pode abrir mão da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que rende cerca de R\$ 40 bilhões por ano, porque há um excesso de receita tributária. Ele afirmou que o governo está arrecadando mais do que o previsto. Dessa forma, uma possível derrubada, pelo Senado, da proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF não colocaria em risco a continuidade dos programas sociais mesmo que não sejam adotados mecanismos de controle dos gastos públicos.

– Este é o momento de cumprir um compromisso desonrado. Agora há excesso de receita, o governo está arrecadando mais do que o previsto, cerca de R\$ 60 bilhões a mais, e no próximo ano a previsão é de R\$ 70 bilhões – explicou.

A CPMF, disse o senador, é cruel porque promove a bitributação, ou cobrança em cascata, e atinge mais intensamente os cidadãos de menor renda. Por isso, seu partido votará contra a prorrogação até 2011.

Alvaro Dias negou a realização de algum acerto para redução posterior da alíquota, atualmente em 0,38%, porque o governo não é "bom cumpridor de acordos" e, por isso, "não tem autoridade". Ele também acusou o Executivo de ser "perdulário e desperdiçador" e pediu que se "assuma a responsabilidade diante das limitações do setor público brasileiro no ato de investir".

O senador lembrou que a carga tributária brasileira corresponde a quase 40% do produto interno bruto (PIB), frisando que nenhum país emergente suporta o peso dos tributos que o Brasil vem suportando. Disse ainda que o crescimento dos gastos públicos é superior ao aumento do PIB: entre 2000 e 2007, as riquezas do país cresceram 113%, enquanto o gasto público elevou-se em 162%. Assinalou ainda que os brasileiros de maior renda gastam 1,2% do que recebem com a CPMF, e os de menor renda, 2%.

Integrantes do governo têm dito reiteradamente que a Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF) é imprescindível para garantir a realização dos investimentos programados para o país nos próximos anos. Por investimentos, leia-se, por exemplo, os desembolsos necessários para viabilizar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e manter programas sociais como o Bolsa Família.

Um atestado da preocupação governista está nas constantes visitas de ministros ao Congresso para negociar a prorrogação da CPMF até 2011, objeto de proposta de emenda constitucional (PEC 89/07).

– Se [o Senado] não aprovar, aí o plano B será fazer cortes no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]. Aí nós vamos ter que revirar de ponta-cabeça o Orçamento da União de 2008 que foi enviado ao Congresso Nacional, com prejuízo a todos – disse recentemente o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Já a oposição afirma que o governo vem batendo, ano a ano, recordes de arrecadação tributária – e sem reduzir os gastos públicos. Para dar uma idéia, o aumen-



Agricultores na fila do Bolsa Família, argumento para prorrogar CPMF usado por integrantes do governo, como Guido Mantega (E)



ROOSEVELT PINHEIRO/ABR

to do dinheiro arrecadado pelo governo com tributos somente entre janeiro e agosto, em relação ao mesmo período do ano passado, corresponde a uma quantia semelhante ao que a CPMF deve trazer até o fim do ano.

Nos oito primeiros meses de 2007, a arrecadação de impostos e contribuições da União atingiu R\$ 381,5 bilhões, segundo a Receita Federal. São R\$ 37,3 bilhões a mais que no mesmo período de 2006, descontada a inflação. O número é maior do que o governo prevê arrecadar com a CPMF no ano todo – cerca de R\$ 36 bilhões.

E os recordes de arrecadação não são, de forma alguma, ex-

clusividade do atual exercício. Na verdade, a arrecadação vem crescendo mais que a economia do país há vários anos. Entre 1998 e 2006, por exemplo, a carga tributária aumentou de 27,8% para 34,2% do produto interno bruto (PIB), segundo dados da Receita e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilados pelo consultor legislativo do Senado Carlos Augusto Bezerra.

Despesas do setor público aumentaram 9,4% até julho

Enquanto o governo bate recordes de arrecadação, os gastos públicos também não param de crescer. Só nos primeiros sete meses de 2007, as despesas do governo central cresceram 9,4% em relação ao mesmo período do ano passado, conforme boletim publicado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Entre janeiro e julho deste ano, as despesas federais primárias chegaram a R\$ 238,6 bilhões, ou seja, R\$ 27,2 bilhões a mais do que no mesmo período do ano passado. A diferença daria para arcar, por exemplo, com

praticamente todos os gastos previstos para o Ministério da Educação em 2007 (R\$ 27,5 bilhões), conforme destacou o *site* Contas Abertas. Mas o aumento ocorreu de forma generalizada, o que indica não se tratar de um fenômeno restrito a uma área específica do governo.

O aumento nos gastos públicos, segundo o Ipea, pode ser atribuído, entre outros fatores, ao incremento do salário mínimo, que acaba afetando outras despesas vinculadas, como os benefícios associados à Lei Orgânica da Assistência Social, à previdência social e ao seguro de-

semprego. Isso sem contar com a reestruturação de carreiras no Executivo federal e a expansão do Programa Bolsa Família.

As despesas classificadas no jargão econômico como de "custeio e de capital", que incluem os gastos não obrigatórios do governo central – entre os quais os investimentos –, também contribuíram significativamente para elevar as despesas do poder público nos primeiros meses de 2007. Segundo o Ipea, o esforço do governo de fazer engrenar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tende a levar os investimentos a um patamar ainda

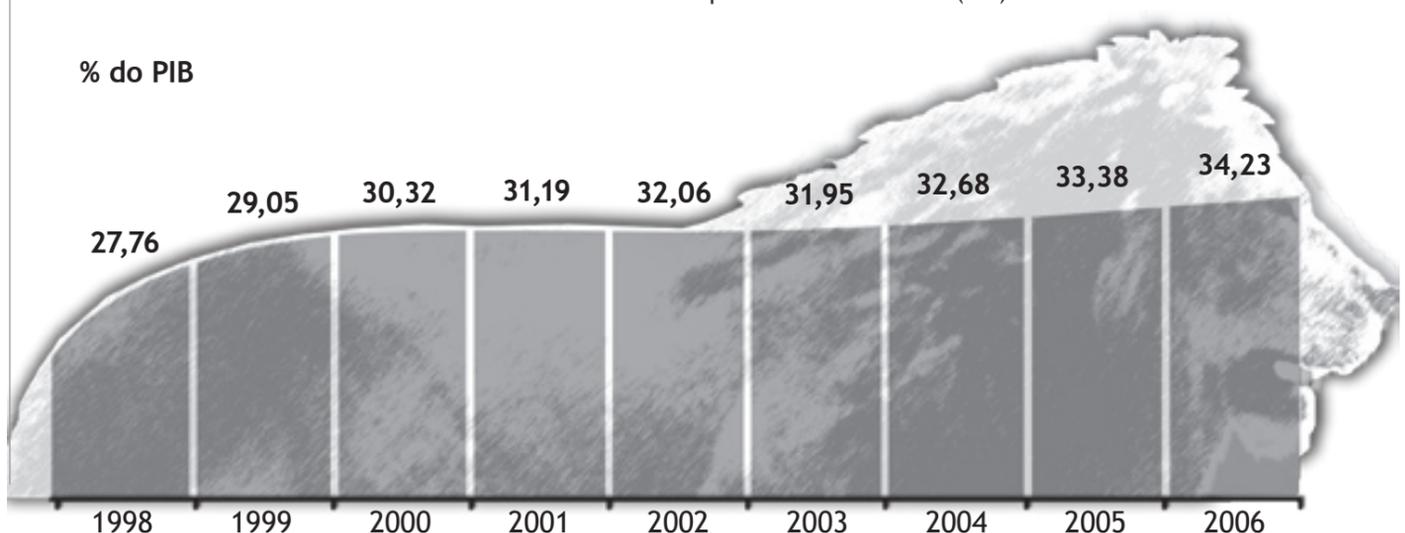
mais elevado até dezembro.

O impacto da ascensão dos gastos públicos acabou atenuado pela alta igualmente expressiva da receita dos impostos. Mas os pesquisadores do Ipea explicam que, mesmo conservando um superávit primário expressivo, a política fiscal poderá injetar uma dose adicional de demanda na economia.

Nesse cenário, se a taxa de variação do gasto público não diminuir no ano que vem, dizem os especialistas, o país corre o risco de ter que conviver com uma inflação da ordem de 5% entre 2009 e 2010.

Arrecadação cada vez maior

Evolução da carga tributária no Brasil em relação ao produto interno bruto (PIB) entre 1998 e 2006



Fontes: Conleg/Senado, RFB e IBGE

VOTAÇÕES Presidente interino Tião Viana afirma que não é hora de pensar em sucessão, mas de soerguer a instituição

Plenário limpa a pauta. Alvo agora é o voto secreto

Após acordo firmado em reunião dos líderes com o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), o Plenário retomou na terça-feira passada as votações e aprovou mensagens do Executivo com indicações de 17 nomes para trabalhar nas agências reguladoras, embaixadas e outros órgãos e três medidas provisórias. Com a pauta destrancada, foi possível colocar em votação uma extensa lista de proposições, inclusive a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece a fidelidade partidária (*veja nesta página e nas duas seguintes*).

A intenção de Tião Viana é manter o ritmo nesta semana. Além de reunir a Mesa do Senado nesta terça-feira para analisar as duas novas representações apresentadas pelo PSOL (*veja na página 9*), o presidente interino pretende dar preferência para votação em Plenário do substitutivo do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) à PEC 38/04, do ex-senador Sérgio Cabral

(PMDB-RJ), que dá fim ao voto secreto. Tião Viana acredita que essa matéria abrirá caminho para as PECs 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), e 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que ampliam a medida a outras deliberações.

Nesse cenário de retomada de atividades, Tião Viana condenou o debate sobre uma possível sucessão de Renan Calheiros.

– Se queremos pacificar o Senado, não podemos abrir espaço para disputas que venham a prejudicar uma agenda vital para recuperar a imagem da Casa.

Para ele, apenas o PMDB pode debater a questão. “E o PMDB entende que tem o dever de lealdade a Renan. Se o PMDB não está pensando além disso, como alguém pode abrir o debate?”.

Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PSB, Renato Casagrande (ES), disseram acreditar que a melhor saída para eventual sucessão será a escolha de um nome do PMDB que seja bem relacionado com os partidos de oposição.



Acordo entre líderes partidários na terça-feira permitiu aprovação de MPs e liberação da pauta

FOTOS: LEOPOLDO SILVA

Medida que destinou R\$ 6,3 bilhões ao PAC passa sem modificações

A medida provisória (MP 381/07) que destinou R\$ 6,33 bilhões ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi aprovada pelo Senado. O Plenário rejeitou o projeto de lei de conversão (PLV 30/07), com as emendas feitas pela Câmara à MP original. Com isso, a medida volta à Câmara.

Do valor total, R\$ 6 bilhões serão destinados à execução de investimentos e ações de governo, especialmente em infraestrutura. Parte dos recursos será alocada em projetos do PAC envolvendo os seguintes órgãos da administração federal: Secretaria Especial de Portos e ministérios dos Transportes, de Minas e Energia, da Integração Nacional e das Cidades. Os R\$ 324 milhões restantes servirão para investimentos em empre-

sas estatais. A idéia é evitar atrasos em cronogramas e a descontinuidade de obras que já estão em andamento.

Na terça-feira, a votação da matéria teve de ser adiada porque o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), questionou a distribuição dos recursos. Ele indagou, especialmente, porque a MP destinava recursos a obras no aeroporto de Macapá, sob responsabilidade da Gautama, empreiteira envolvida em fraudes em licitações.

O líder do PSB, senador Renato Casagrande (ES), também levantou dúvidas sobre recursos destinados ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), que teve inúmeras obras consideradas irregulares em relatório do Tribunal de Contas da União.

Saneamento e manutenção de rodovias recebem R\$ 1,2 bilhão

Os programas de saneamento e manutenção de rodovias geridos por vários ministérios devem receber crédito adicional de R\$ 1,19 bilhão, transferidos do superávit obtido pelo governo em 2006, de acordo com a MP 382/07.

O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), informou ter rejeitado dispositivo aprovado pela Câmara que retirava dos setores calçadista e moveleiro R\$ 58 milhões, a título de desconto de financiamentos concedidos a essas indústrias.

Pela proposta, R\$ 40 milhões vão para a reestruturação da Indústria de Material Bélico do Brasil; R\$ 855 milhões para projetos de habitação e saneamento; e R\$ 142 milhões para manutenção da malha rodoviária.



Tião Viana (E), com Jereissati, afirma que o Senado não pode abrir espaço para disputas que prejudiquem imagem da instituição

Senado aprova o Programa Nacional de Segurança

A criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi aprovada pelos senadores na sessão de quarta-feira. A iniciativa está prevista no projeto de lei de conversão (PLV 32/07) proveniente da Medida Provisória 384/07, que retornará à Câmara por ter sido alterada no Senado.

A MP, relatada por Romeu Tuma (PTB-SP), prevê gastos de R\$ 7,1 bilhões até 2011 em ações de prevenção, controle e repressão da criminalidade, além da implantação de políticas sociais.

O programa deverá ser executado pela União em cooperação com estados, Distrito Federal e municípios. Contará ainda com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à

melhoria da segurança pública. Estão previstas a promoção dos direitos humanos; a criação de redes sociais e comunitárias; a promoção da convivência pacífica; a modernização das instituições e do sistema prisional; e a valorização dos profissionais de segurança pública.

A votação do projeto foi antecederida por intenso debate em Plenário. Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou o *marketing* embutido em nomes como “Mães da Paz”, parte do Pronasci.

– Se o governo Lula fosse bom em governar como faz siglas, seria um bom governo – disse.

O presidente interino do Senado, Tião Viana, celebrou a aprovação do Pronasci. Ele afirmou que o programa vai interiorizar ações de segurança numa pactuação com as unidades federadas, o que significará o fortalecimento de um princípio republicano.

Apesar de divergência, senadores avalizam indicação para o Dnit

Com voto contrário dos senadores do PSDB, o Senado aprovou na semana passada o nome de Miguel de Souza para o cargo de diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a inclusão dessa indicação na ordem do dia foi uma surpresa. Ele afirmou que seu partido desconhece quem seja Miguel de Souza e orientou a bancada a votar contra.

Foi aprovada ainda a indicação de Heraldo Cosentino para o cargo de diretor de Administração e Finanças do Dnit, por 33 votos favoráveis e 17 votos contrários. Nesse caso, Arthur Virgílio salientou que os senadores do partido estavam liberados para votar como desejassem.

Os parlamentares acataram a recondução de Alfredo Luiz Cardoso no cargo de diretor da

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). E acolheram a indicação de Hésio Cordeiro também para diretor da ANS.

Aprovada a indicação do brigadeiro Allemander Jesus Pereira Filho para diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em complementação ao mandato de Jorge Luiz Velozo, que renunciou após o agravamento do caos aéreo com o acidente em Congonhas envolvendo um avião da TAM.

Na área do Judiciário, foi acolhido o nome do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Orestes Dalazen, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, em substituição ao ministro Gelson de Azevedo, que se aposentou.

O ex-deputado Agnelo Queiroz também teve aprovado seu nome para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Comissão fixa regras para exame de indicações de autoridades

A proposta que fixa regras para exame, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de indicações de autoridades feitas pelo presidente da República foi aprovada quarta-feira pela comissão.

O ato exige que o indicado

informe se atua como parte, seja como autor ou réu, em ação na Justiça, e anexe a tramitação atualizada do processo.

A proposta (Ato 1/07-CCJ) é de autoria de Marco Maciel (DEM-PE), presidente do colegiado.

Treze acordos internacionais recebem aval do Plenário

O Plenário acatou na quinta-feira 13 projetos de decretos legislativos referentes a textos de acordos internacionais aprovados na Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida por Heráclito Fortes (DEM-PI).

Entre as matérias aprovadas, destaca-se acordo sobre serviços aéreos, celebrado entre o Brasil e a Polônia em 2000. O acordo é referente à liberdade de embarque e desembarque em rotas comerciais comuns especificadas pelas autoridades dos dois países. A matéria foi relatada favoravelmente por Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Outro acordo aprovado refere-se à operação entre Brasil e Uruguai para combater o tráfico de aviões envolvidos em atividades ilícitas transnacionais. O projeto teve parecer favorável de Mão Santa (PMDB-PI).

Foi acolhido também texto de acordo relacionado a transferência de pessoas condenadas entre estados-partes do Mercosul, celebrado em 2004. O relator foi o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

PARTIDOS Proposta acolhida no Senado estabelece que mandato pertence ao partido, e não ao candidato eleito

Fidelidade partidária vai à Câmara

Os senadores aprovaram na semana passada proposta de emenda à Constituição (PEC) de Marco Maciel (DEM-PE) que assegura aos partidos políticos a titularidade dos mandatos parlamentares e dos mandatos de cargos eletivos do Poder Executivo. A PEC 23/07, que altera os artigos 17 e 55 da Constituição, segue agora para exame da Câmara. Foram 56 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção no primeiro turno, e 58 votos favoráveis no segundo.

O texto acolhido foi o substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que determina a perda do mandato de membros do Legislativo (senadores, deputados federais e estaduais e vereadores) e do Executivo (presidente da República, governador, prefeitos e vices) que se desligarem do partido pelo qual

foram eleitos, salvo nos casos de extinção, incorporação ou fusão da agremiação.

Jereissati acatou emenda de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelecendo que cada senador deverá ser eleito com dois suplentes do mesmo partido, para que, em caso de perda do mandato, seu substituto seja do partido que originalmente conquistou a cadeira nas urnas.

A perda do mandato deverá ser declarada pela Mesa, a partir de comunicação da direção nacional do partido titular do mandato. Já a perda de mandato de ocupantes de cargos do Executivo deverá ser declarada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quando se tratar de cargo eletivo federal, e pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no âmbito de sua jurisdição, quando for o caso de cargos eletivos estaduais e municipais, mediante comunicação da executiva nacional do partido.



Marco Maciel, autor da emenda: Senado não estaria dando a devida prioridade aos temas da reforma política, daí as decisões do STF

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a matéria aprovada “estabelece regras bastante corretas sobre fidelidade”, além de fortalecer os partidos políticos. Maciel afirmou que “a reforma política é essencial ao país”, pois ajuda no aperfeiçoamento da

governabilidade, e advertiu que o Congresso não está dando a devida prioridade aos temas da reforma política, o que ocasionou as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do TSE.

Jereissati frisou que a aprovação da PEC é um avanço, pois a fide-

idade partidária “é essencial para que o país tenha uma democracia sólida e estável”. Para Valadares, a aprovação da proposta é um momento de grande importância para o Parlamento.

José Nery (PSOL-PA) ressaltou que a emenda vai melhorar o funcionamento das organizações políticas brasileiras. Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que os senadores deram “um passo fundamental em um dos principais temas da reforma política”. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) observou que os parlamentares foram “atropelados pelo Judiciário” porque ainda não haviam cumprido com seu dever de legislar sobre reforma política.

Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e outros também participaram da discussão da matéria e elogiaram a iniciativa de Marco Maciel.

TSE estende regra a cargos majoritários

Os sete ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiram, por unanimidade, na semana passada, que podem perder o mandato os senadores ou outros ocupantes de cargos majoritários que trocarem de partido após eleitos. Contudo, a regra não será aplicada de imediato a qualquer caso concreto, como os oito senadores que mudaram de legenda desde o pleito de 2006.

Isso porque o TSE não estabeleceu a partir de quando será implementada a fidelidade para presidente da República, governadores, senadores e prefeitos, o que ainda será discutido em julgamento do STF. Até lá, ninguém corre risco de punição.

No começo de outubro, o STF ratificou uma decisão do TSE, de 27 de março deste ano, fixando a aplicação da fidelidade partidária para mandatos obtidos no sistema proporcional (deputados federais e estaduais, além de vereadores). Porém o Supremo estabeleceu que o cumprimento da regra só seria cobrado a partir da data do julgamento do TSE. E, mesmo neste caso, seria assegurado amplo direito de defesa antes da eventual perda do mandato. Duas dezenas de deputados federais mudaram de partido somente neste ano.

No caso dos majoritários, há duas hipóteses em discussão. A primeira, mais improvável e



Plenário do TSE, na terça-feira: decisão confirma entendimento da Justiça de que o mandato pertence ao partido, não ao candidato

politicamente mais complicada, definiria a data-limite em 27 de março deste ano, a mesma válida para os detentores de mandatos proporcionais. A segunda alternativa seria 16 de outubro (terça-feira passada), quando o TSE manifestou-se especificamente sobre as trocas de partidos envolvendo senadores, prefeitos,

governadores e presidentes.

No segundo caso, quem houver trocado de sigla até o dia 16 seria anistiado e manteria o mandato. Se, por outro lado, o STF optar por 27 de março, quatro senadores correm o risco de perder suas cadeiras no Senado, pois trocaram de legenda entre setembro e outubro.

Data e local de processos ainda serão definidos

Além da dúvida em relação à data, há outra questão envolvendo a perda de mandato dos políticos eleitos para cargos majoritários que trocaram de legenda após o pleito de 2006: como e quando ocorrerão os processos em que os partidos poderão reivindicar de volta os mandatos perdidos.

A expectativa é que, ainda nesta semana, o TSE aprove uma resolução disciplinando a tramitação de tais processos. Independentemente da data re-

lativa aos majoritários, as regras dos julgamentos de perda de mandato seriam as mesmas para os dois casos em discussão.

A sentença do STF assegurou amplo direito de defesa aos políticos e deixou abertas duas linhas de argumentação que justificariam as mudanças de legenda: perseguição política e descumprimento pelo partido de seu programa.

Também não se sabe se os partidos deverão recorrer ao Supremo ou ao TSE para reivin-

dicarem as vagas dos infiéis. O presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, defendeu, no julgamento de terça-feira, que a discussão ocorra em seu tribunal, mas não há consenso sequer entre os integrantes daquela Corte. O relator do processo, Carlos Ayres Britto, discordou.

O mais provável é que o recurso seja dirigido ao STF, até porque será aquele tribunal que definirá a data de aplicação da regra da fidelidade partidária para os majoritários.

Tião Viana espera que Câmara apresse votação

O presidente interino do Senado, Tião Viana, pedirá à Câmara que apresse a votação da proposta da PEC da fidelidade partidária.

– A minha relação com Arlindo Chinaglia [presidente da Câmara] é de respeito, de valorização mútua. E eu pediria a ele total sensibilidade e agilidade nisso, porque nós precisamos fixar o marco regulatório da reforma política. E esse marco é a fidelidade

partidária, o financiamento público e outros elementos essenciais à democracia – destacou.

Sobre as PECs do voto aberto em processos de cassação de mandato – há propostas tanto no Senado quanto na Câmara –, Tião Viana disse que vai conversar com Chinaglia sobre sua sugestão de dar prioridade à que estiver com a tramitação mais adiantada.

DEM perde três senadores no período de um mês

Desde as eleições de 2006, oito senadores mudaram de partido, porém os casos mais recentes envolveram três opositoristas do DEM que se filiaram a partidos da base aliada do governo: Romeu Tuma (PTB-SP), César Borges (PR-BA) e Edison Lobão (PMDB-MA) alegaram que na antiga legenda não tinham espaço para as futuras disputas eleitorais.

Por pouco, às vésperas do julgamento do TSE, o DEM não perdeu um quarto senador. Adelmir Santana (DF) chegou a formalizar, na semana passada, sua desfiliação do partido, mas voltou atrás antes de passar ao PR. Ele apresentou as mesmas razões dos colegas para deixar o DEM, mas foi convencido a ficar por duas lideranças da legenda na capital federal: o governador José Roberto Arruda e seu vice, Paulo Octávio, de quem Adelmir era suplente e de quem herdou os quatro anos de mandato até 2010.

– Pedi a desfiliação temendo falta de espaço eleitoral no

futuro, sem a possibilidade de postular candidatura. Mas, nas conversas, chegamos a um acordo em bom termo – explicou à imprensa o senador.

Adelmir cogitou trocar de legenda na semana passada, quando já estavam vencidos os prazos de filiação e domicílio partidários com vistas às eleições de 2008. É

que, como o DF não tem municípios, não haverá pleito no ano que vem. Caso diverso dos ex-DEM Tuma e Borges, que avaliam dis-

putar as prefeituras de São Paulo e Salvador, respectivamente, e da pedetista Patrícia Saboya, que deixou o PSB justamente para ter a chance de se candidatar à prefeitura de Fortaleza. Para eles, valeu a data-limite de 5 de outubro.

Com as trocas recentes, o PMDB confirmou-se como a maior bancada da Casa, com 20 senadores. O DEM manteve o segundo posto, com 14 cadeiras, seguido pelo PSDB (13) e PT (12). Outras oito legendas dividem as demais 22 vagas do Senado.

DIREITOS SOCIAIS Aprovada em decisão terminativa, licença maior para mães agora vai à Câmara dos Deputados

Bebês terão seis meses de atenção exclusiva

A licença-maternidade pode ser prorrogada por mais 60 dias, passando dos atuais quatro para seis meses. Por unanimidade e em decisão terminativa, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na quinta-feira o projeto (PLS 281/05) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que prevê a adesão optativa nas empresas da iniciativa privada. Emendas apresentadas estenderam o benefício também às mães adotantes e às funcionárias públicas. O projeto agora vai à Câmara dos Deputados.

No caso das servidoras públicas, o governo é autorizado a instituir programa específico que assegure a prorrogação por 60 dias da licença-maternidade. Já na iniciativa privada, o projeto institui o Programa Empresa Cidadã, que estimula os empre-

sários a ampliarem a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Assim, a pessoa jurídica que aderir ao programa terá o direito de deduzir integralmente do Imposto de Renda devido o valor correspondente à remuneração da empregada referente aos 60 dias que perdurar a prorrogação da licença.

Da mesma forma, as empresas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do imposto a ser pago, em cada apuração, o total despendido nos 60 dias de prorrogação da licença.

Pela proposta, a funcionária que gozar do benefício terá direito a sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos nos demais quatro meses pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, desde que não exerça qualquer atividade remunerada e não mantenha o bebê em creche

ou organismo similar durante o período de prorrogação da licença-maternidade.

Para o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), por ser de adesão optativa e permitir a dedução integral do pagamento da prorrogação da licença-maternidade, o projeto não representa prejuízo para ninguém.

– Ninguém perde nada. Apenas as crianças é que ganham – afirmou Paim.

Já Patrícia Saboya confessou que a aprovação do projeto representa um o momento mais importante do seu mandato. A proposta obteve o apoio, por meio de assinaturas, de mais de 500 mil pessoas, além do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e da ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, relatou.

– Estamos falando em vidas. Uma sociedade só pode ser justa quando esse direito é garantido já enquanto nossos filhos estão nos nossos ventres – ressaltou.

Empresas que adotarem licença maior terão incentivos fiscais

Estudantes ganham financiamento total

O Plenário do Senado aprovou substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 5/04, que permite o financiamento total do valor da mensalidade com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), inclusive para cursos de mestrado e doutorado. O limite atual para o financiamento é de 50% da mensalidade.

– Em 2006, quase 4 milhões de jovens concluíram o ensino médio e, desses, 90% vêm das escolas públicas. As mudanças

no Fies são uma exigência da sociedade brasileira – destacou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto altera a Lei 10.261/01, que instituiu o Fies, e inclui itens como a obrigatoriedade de desempenho mínimo dos cursos universitários e dos estudantes, com risco de desvinculação caso não sejam avaliados positivamente nos exames aplicados pelo Ministério da Educação.

A carência para começar o

pagamento passa a ser de seis meses após o mês seguinte à conclusão do curso. Atualmente, como garantia, o aluno pode oferecer um fiador. Pelo projeto, essa garantia poderá ser por meio de fiança; autorização para desconto em folha de pagamento; ou fiança solidária. Destaque da senadora Ideli Salvatti excluiu a possibilidade de compromisso de saque na conta individual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como meio de garantia.



CÉLIO AZEVEDO

Patrícia Saboya foi aplaudida pelos integrantes da CDH: para ela, projeto é o mais importante de seu mandato de senadora

Projeto socorre vítimas da desvalorização do real

Em regime de urgência, o Plenário do Senado aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 76/07) que concede benefícios fiscais e crédito subvencionado a produtores e exportadores de produtos considerados prejudicados pela valorização do real diante do dólar e outras moedas. A matéria vai à sanção presidencial.

Relatado favoravelmente pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), o projeto possibilita a fabricantes, processadores e exportadores, desconto integral do valor das contribuições ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na compra ou produção de máquinas para construção e agricultura, calçados e produtos de couro, têxteis, confecções e móveis, entre outros.



Plenário, na última semana: sem obstrução e em clima cordial, parlamentares limpam a pauta

Senado pode votar três PECs nesta semana

A proposta de emenda à Constituição do senador Marco Maciel (DEM-PE) – que propõe que vetos presidenciais sejam analisados separadamente no Senado e na Câmara dos Deputados (PEC 57/05) – poderá ser votada na sessão deliberativa de amanhã. Na quinta passada, foi realizada a quinta e última sessão de discussão da matéria.

Maciel acredita que a dispensa da necessidade de convocação de sessões do Congresso Nacional para a análise dos vetos

dará mais rapidez ao processo, e pediu o empenho dos senadores em sua aprovação.

– Quando um veto não é analisado, o processo de elaboração das leis não é concluído, o que concorre para a insegurança jurídica – disse Maciel.

Também pode ser votada a PEC 13/03, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que dispõe sobre a organização dos municípios, e a PEC 48/03, do então senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), que trata da

aplicação de recursos destinados à irrigação.

Ainda falta a quinta e última sessão de discussão das PECs que determinam o fim do voto secreto em casos de cassação de mandato parlamentar – PEC 38/04, do então senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ); PEC 50/06, do senador Paulo Paim (PT-RS); e PEC 86/07, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Salvo acordo de líderes, as propostas entram em votação nesta quarta-feira.

Supervisão educacional é regulamentada

Os supervisores educacionais estão prestes a ter sua profissão regulamentada. O Senado aprovou, na quinta-feira, o projeto de lei da Câmara (PLC 132/05), que depende agora apenas de sanção presidencial. O campo de atuação dos supervisores abrangerá órgãos de ensino, estabelecimentos escolares e de formação.

Dia Nacional dos Vicentinos será 27 de setembro

Projeto de lei da Câmara (PLC 108/06) que institui 27 de setembro como o Dia Nacional dos Vicentinos foi aprovado pelo Plenário e vai à sanção presidencial. O relator da proposta na Comissão de Educação, Marco Maciel (DEM-PE), destacou a importância para os católicos, como ele, da homenagem ao frei Vicente de Paula, fundador da Ordem dos Vicentinos.

Senado legaliza 186 cargos em comissão criados pelo TRT

O Plenário aprovou projeto que legaliza 186 cargos comissionados de juntas de conciliação, criados há 14 anos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, no Rio Grande do Norte. A proposta (PLC 66/07) foi apresentada pelo Tribunal Superior do Trabalho. O projeto, relatado por Demostenes Torres (DEM-GO), vai à sanção presidencial.

Disque-Idoso ajuda a combater os maus-tratos

Foi aprovado pelos senadores o PLC 83/06, que institui o programa Disque-Idoso, com a finalidade de receber denúncias de maus-tratos e violência contra pessoas com 60 anos ou mais. O projeto prevê que o programa terá de ser regulamentado pelo Poder Executivo em, no máximo, dois meses após a sanção.

ÉTICA Três senadores alegam que prazo é curto para apurar denúncias contra presidente licenciado do Senado

FOTOS: JANE ARAÚJO



Leomar Quintanilha, com João Pedro; Demostenes Torres, vítima de suposta espionagem; e o corregedor Romeu Tuma com Jefferson Péres, que relata um dos casos

Processos contra Renan vão atrasar

Os relatores dos três processos por quebra de decoro parlamentar que tramitam no Conselho de Ética contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, afirmaram, em reunião na quarta-feira, que não conseguirão entregar seus pareceres até o próximo dia 2 de novembro – prazo sugerido por líderes partidários para a conclusão dos processos.

O conselho foi convocado para definir um cronograma de trabalho que possibilitasse a entrega dos pareceres no início de novembro, e cada relator expôs sua agenda de trabalhos, mas não se chegou a um consenso sobre uma data para a conclusão dos relatórios.

– É preciso que haja celeridade, mas esse prazo [2 de novembro] não pode ser estabelecido com a comodidade na realização dos trabalhos. Por isso, se os relatores precisarem de uma ampliação de prazo, não haverá objeção da minha parte – afirmou o presidente do conselho, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

O primeiro relator a falar foi o senador João Pedro (PT-AM), responsável pelo processo que apura denúncia de que Renan teria usado seu prestígio político para favorecer a cervejaria Schincariol depois de a empresa ter comprado, por preços acima dos de mercado – segundo

a revista *Veja* –, uma fábrica de refrigerantes de seu irmão, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL). A cervejaria teria pendências com a Receita Federal e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). João Pedro informou já ter solicitado aos envolvidos e à Polícia Federal informações e cópias dos relatórios da Operação Cevada, que investigou a cervejaria, mas até agora não obteve resposta.

O relator afirmou que pretende pedir informações ao INSS e à Receita Federal.

– Podemos trabalhar aí com a perspectiva de até o dia 5 de novembro para concluirmos nossos trabalhos – frisou.

Jefferson Péres (PDT-AM) – que investiga a denúncia de que Renan Calheiros teria comprado, em parceria com o usineiro João Lyra, mas por meio de “laranjas” e sem declarar à Receita Federal, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas – declarou que não pode entregar seu parecer sobre o caso antes de 15 de novembro.

O senador ressaltou que já notificou Renan para que envie sua defesa até esta quarta-feira e que também deverá ouvir três testemunhas: Tito Uchoa, apontado como “laranja” de Renan na negociação; o empresário

Nazário Pimentel, ex-proprietário de *O Jornal*, que teria sido comprado por Renan, além do empresário João Lyra.

– Como João Lyra disse que não vem ao Conselho de Ética depor e as outras testemunhas também são de Maceió, penso que talvez possamos ouvi-los lá. Depois disso, tenho que abrir um prazo para que Renan faça ainda sua defesa final – assinou Jefferson Péres, observando que conta com vários documentos encaminhados pelo corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), que tomou um primeiro depoimento de João Lyra.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE), relator do processo que investiga denúncia de que Renan e o empresário Luiz Garcia Coelho teriam montado um esquema para desviar recursos de ministérios comandados pelo PMDB, alegou ter recebido as informações sobre a denúncia somente na terça-feira passada e, portanto, não tem condições de estipular um prazo para apresentar seu parecer.

– Posso entregá-lo em 8 ou 15 dias, mas também em um ano. O que posso garantir, neste momento, é que, nas minhas mãos, este processo não deixará de tramitar um único dia – assegurou Almeida Lima.

Mesa envia quinta denúncia ao conselho

A Mesa diretora do Senado decidiu, por 5 votos a favor e uma abstenção, enviar a quinta representação contra o senador Renan Calheiros ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A representação foi encaminhada pelo PSDB e pelo DEM em razão de denúncias sobre suposta espionagem contra Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO) por parte de Francisco Escórcio, assessor especial de Renan, exone-

rado logo após o aparecimento da denúncia.

A representação aguardava decisão da Mesa desde 9 de outubro, quando foi protocolada pelos dois partidos de oposição.

O presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), informou que não definiu o relator para esse novo processo.

– Já fiz um convite, mas ainda não obtive resposta – afirmou Quintanilha.

Tuma ouve empresário goiano envolvido no caso

O corregedor do Senado, Romeu Tuma, esteve terça-feira passada em Goiânia, onde colheu informações do empresário e ex-deputado Pedro Abrão relacionadas ao processo que Renan começa a enfrentar no Conselho de Ética para apurar denúncias de que estaria por trás de suposto esquema de espionagem contra senadores da oposição. Segundo Tuma, o depoimento foi gravado e acompanhado por um escrivão da Polícia Federal.

O senador Demostenes Tor-

res (DEM-GO) confirmou no dia seguinte a conversa que teve no dia 28 de setembro, em Goiânia, com Pedro Abrão. Segundo Demostenes, nesse encontro o empresário lhe disse que Francisco Escórcio, então assessor do presidente do Senado, Renan Calheiros, o estava espionando e ao senador Marconi Perillo (PSDB-GO), já que os dois seriam favoráveis à cassação de Renan.

“Eles estão achando que eu sou bandido”, disse Abrão, de acordo com o senador.

Partido representa também contra Eduardo Azeredo

O PSOL apresentou representação contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que teria recebido recursos do esquema do publicitário Marcos Valério durante sua campanha para governador de Minas Gerais em 1998. Batizada de “mensalão mineiro”, a operação, que teria beneficiado Azeredo, foi coordenada, segundo denúncia, por Marcos Valério e envolveria diversos partidos, além do PSDB, que encabeçava a chapa. O PSOL anexou à representação os autos do inquérito da Polícia Federal, que apurou o caso.

Temendo que a representação tenha o mesmo destino da apresentada pelo partido contra

Gim Argello (PTB-DF) – o arquivamento, por referir-se a fatos ocorridos antes do mandato de senador – o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) argumentou que o decoro de um parlamentar estende-se à “vida pregressa”.

O partido acrescentou à denúncia a justificativa de que Eduardo Azeredo teria mentido ao Senado, ao dizer que nada tinha a ver com as operações de Marcos Valério:

“Segundo a defesa, o ministro [Mares Guia] teria pago uma dívida do Representado, no valor de R\$ 500 mil, através de depósito em conta corrente ‘indicada por Azeredo’. Esta conta era de Marcos Valério.”



Eduardo Azeredo

PSOL protocola sexta denúncia

O PSOL protocolou a sexta representação contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. A ação visa apurar denúncias publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de que Renan teria sido o autor de emenda ao Orçamento Geral da União com o objetivo de repassar R\$ 280 mil a uma empresa fantasma de um ex-assessor de seu gabinete.

Na denúncia, Renan é acusado de usar o cargo para praticar crimes de exploração de prestígio, tráfico de influência, intermediação de interesses privados, corrupção ativa e passiva e formação de quadrilha.

Em entrevista à Agência Senado, o líder do PSOL, José Nery (PA), disse que analisou com a presidente do partido, a ex-senadora Heloísa Helena, também de Alagoas, a conveniência de protocolar ou não a nova repre-

sentação.

De acordo com o senador, a denúncia é “tão grave quanto as outras”, mas como há quatro representações contra Renan em tramitação, foi preciso avaliar se uma nova ação não prejudicaria as investigações em andamento, visto que a intenção inicial dos integrantes do Conselho de Ética é a de analisar todos os pareceres até 2 de novembro (*veja manchete nesta página*).

Segundo *O Estado de S. Paulo*, a empresa KSI Consultoria e Construção Ltda. recebeu dinheiro para construir 28 casas em Murici, cidade onde vive a família Calheiros, pelo programa de combate à doença de chagas.

O convênio assinado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a prefeitura de Murici

se sustentaria em recursos decorrentes de uma emenda de Renan ao Orçamento de 2004.

A empresa criada em 2001 por José Albino Gonçalves de Freitas, ex-assessor de Renan, na prática, não teria saído do papel. Segundo a reportagem, ainda assim a KSI teria se beneficiado com contratos em outras prefeituras no interior de Alagoas.

– A matéria mostra a triangulação perfeita na articulação do Executivo, Legislativo e setor empresarial para pagar propina com dinheiro público, patrocinando crimes contra a administração pública – afirmou a ex-senadora, após protocolar a representação na Secretaria Geral da Mesa na companhia dos três deputados do partido: Chico Alencar (RJ), Luciana Genro (RS) e Ivan Valente (SP).

Para José Nery, sexta denúncia é tão grave quanto as cinco anteriores

COMISSÕES



Empresas fazem contato com os clientes sobretudo por meio de centrais de atendimento telefônico

Atendimento pessoal a usuários de telefonia

Os usuários dos serviços de telefonia podem passar a ter o direito de serem atendidos pessoalmente por funcionários das empresas concessionárias, quando forem encaminhar “qualquer espécie de solicitação a respeito dos serviços ofertados pela prestadora”. A medida está prevista no projeto de lei (PLS 502/07) do senador César Borges (PR-BA) aprovado na quarta-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Se não houver recurso para exame do Plenário, o projeto seguirá diretamente para a Câmara.

O objetivo da proposta, que teve parecer favorável do relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), é o de permitir o atendimento presencial aos clientes das empresas telefônicas, que têm dado preferência ao contato com os clientes por meio de suas centrais de atendimento telefônico. Segundo o relator, “proliferam os abusos cometidos pelas operadoras” por meio dessas centrais.

– Na maioria dos casos, os usuários são remetidos a diversos atendentes, sempre precedidos de longos períodos de espera,



César Borges: proliferam abusos cometidos por operadoras que só atendem por telefone

que, ao final do procedimento, indeferem ou nem sequer se pronunciam definitivamente sobre o pleito do consumidor – afirma Zambiasi.

Foi aprovado também requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) que solicita audiência pública com o ministro das Comunicações, Hélio Costa, sobre tarifas de telefone celular pré-pago. No início do mês, ele criticou o alto preço dessas ligações. Serão convidados ainda o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg; o presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares, Ercio Zilli; e o diretor do Departamento de Proteção e

Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita Wada.

Classificação indicativa de idade

Três outros requerimentos foram acatados pela CCT. O primeiro, de Expedito Júnior (PR-RO), solicita debate sobre a aplicação da classificação indicativa de programas de rádio e televisão em estados que tenham horário oficial diferente do de Brasília. O segundo, apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), determina a realização de audiência sobre “os limites legais para a regulamentação da propaganda comercial”. O último, de Flávio Arns (PT-PR), pede audiência a respeito da “importância da ciência como meio da promoção da paz e do desenvolvimento”.

A CCT aprovou ainda, em decisão terminativa, 25 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em vários estados. O presidente da comissão, Wellington Salgado (PMDB-MG), concedeu vista coletiva ao projeto (PLS 346/05) de Pedro Simon (PMDB-RS) que regulamenta a cobrança de pontos adicionais por empresas de televisão a cabo.

Anatel diz que normas já prevêm o direito

O atendimento pessoal aos usuários de telefonia é regulamentado no Brasil por meio de dois instrumentos, um para o serviço fixo e outro para o móvel (celulares). Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), nos dois casos, os atendentes dos consumidores nas lojas das operadoras telefônicas devem ter autonomia suficiente para resolver, *in loco*, as questões apresentadas pelos queixosos.

No caso da telefonia fixa, o Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ) exige que as concessionárias do serviço ofereçam para os usuários de todos os municípios e do Distrito Federal postos de atendimento pessoal. As lojas devem estar distribuídas de modo uniforme em relação à área

geográfica do município, na proporção de, no mínimo, uma loja para cada grupo de 200 mil acessos ao serviço telefônico. A distância prevista entre as lojas de serviço é de, no máximo, 30 quilômetros.

Para os assinantes de telefonia celular, a Anatel baixou uma resolução em agosto passado (477/07) e fixou prazos para que as operadoras instalem postos de relacionamento para qualquer tipo de atendimento pessoal. Nas microrregiões com mais de 200 mil habitantes, o prazo para o cumprimento da exigência é de dois anos; nos municípios com até 100



mil moradores, em 48 meses; nos municípios menores, os pontos de venda devem ser o ponto de entrada do atendimento aos usuários. A resolução também determina a implantação de um posto de atendimento pessoal extra por 400 mil habitantes de cada microrregião.

Procedimentos mais ágeis no tribunal do júri

Substituto ao projeto de lei que tem como objetivo tornar mais ágeis os procedimentos do tribunal do júri foi aprovado na última quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em votação simbólica. A matéria (PLC 20/07) vai ainda ao exame do Plenário e, se o substitutivo for acolhido, voltará à Câmara.

– O objetivo é acelerar os julgamentos e fazer com que o jurado responda a questões de fato, cabendo ao juiz as questões de Direito – declarou Demostenes Torres (DEM-GO), autor do substitutivo.

O senador lembrou que os crimes julgados pelo tribunal do júri são os dolosos contra a vida, como o homicídio (não culposos), o infanticídio e o aborto. Entre as novidades está a possibilidade de o advogado de defesa e o promotor de Justiça fazerem perguntas diretamente ao acusado.

O substitutivo prevê que, na primeira fase do procedimento, todos os atos serão concentrados em uma única audiência. Além disso, enquanto o Código de Processo Penal hoje determina que as testemunhas de acusação devem ser ouvidas em um prazo de 20 dias, quando o réu estiver preso, e de 40 dias, quando solto, o substitutivo prevê que o juiz marcará sua inquirição no máximo em dez dias, prazo que também contará para a realização das diligências requeridas pelas partes.

Demostenes disse que o texto por ele elaborado acaba com a possibilidade de protesto e solicitação de novo júri se o réu for condenado a pena superior a 20 anos. Mas ressaltou que o pedido de novo júri poderá ocorrer, mesmo com pena acima de 20 anos, quando houver “nulidades decorrentes do julgamento ou decisão manifestamente contrária à prova dos autos”.

Trabalhador pode ter mais amparo legal no exterior

Todos trabalhadores brasileiros contratados para trabalhar no exterior ou transferidos para outros países poderão ser beneficiados pela Lei 7.064/82, que atualmente regulamenta as relações de trabalho fora do país apenas dos empregados de firmas de engenharia. A ampliação do alcance da lei consta de projeto (PLC 59/07) aprovado na quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e

que teve como relator Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Quatro projetos de decreto legislativo que ratificam acordos internacionais receberam aprovação da CRE. Também foi acatada a indicação presidencial de Pedro Henrique Lopes Borio para ocupar o cargo de embaixador no Sri Lanka. E, a pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP), a CRE ouvirá o professor Muhammad Yunus sobre experiências de microcrédito.

Acolhida proposta de reduzir juros dos fundos constitucionais

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou o parecer de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), favorável ao projeto de Expedito Júnior (PR-RO) que propõe adequar encargos financeiros dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste às taxas de inflação e de juros mais baixas. O projeto (PLS 362/07) segue para a Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE).

A CDR também aprovou pareceres favoráveis a oito projetos que tratam da criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) em Alta Floresta (MT), Tabatinga (AM), Tucuruí (PA), Breves (PA), Ponta Porã (MS), Itacoatiara (AM), Santana do Livramento (RS) e Gurupi (TO). Eles seguem também para a CAE, que os analisará em decisão terminativa.

Arquivados ofícios sobre leis municipais inconstitucionais

A CCJ aprovou voto pelo arquivamento de ofícios do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando inconstitucionais artigos de leis de Araçatuba (SP) – OFSs 12/02 e 13/02, relatados por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – e Porto Alegre (OFS 25/02), e ainda de mecanismos do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do município do Rio de Janeiro – OFS 81/98, os dois últimos relatados por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Senadores querem debater demissão de dirigentes sindicais

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debaterá em audiência questões relativas à demissão de dirigentes sindicais. Requerimento de Paulo Paim (PT-RS) com esse objetivo foi aprovado na semana passada. A CDH também acolheu requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) para que seja encaminhado voto de solidariedade ao padre Júlio Lancelotti, que denunciou ter sido vítima de extorsão por uma quadrilha.

COMISSÕES

Senadores cobram redução de tarifas bancárias

O sistema bancário nacional deve adotar de imediato medidas que reduzam o custo das tarifas bancárias ou o governo e o Congresso poderão se unir para aprovar uma lei regulamentando essas cobranças, disse o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), na terça-feira passada, em audiência pública com o presidente da Febraban, Fábio Colletti Barbosa. Conforme o senador, essas cobranças, em número excessivo, a partir de 2006 tiveram um aumento “exorbitante” nos preços, da ordem de 130%.

Mas o presidente da Febraban negou que a arrecadação com tarifas bancárias tenha crescido ao longo dos últimos anos. Ele afirmou que os bancos arrecadam mais em virtude do aumento no número de clientes e no

volume de transações. Quanto a uma regulamentação das tarifas bancárias, Colletti defendeu uma auto-regulação que resulte do próprio mercado.

Conforme dados apresentados por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – que, com Mercadante, propôs a audiência –, os custos das tarifas cresceram em cerca de 800% desde 1994, contra uma inflação de 170%. O presidente da Febraban declarou que, em valores atualizados, a receita média de serviços por cliente caiu de R\$ 202, em 2001, para R\$ 184, em 2006 (menos 8,9%), mas ele confirmou que o resultado da arrecadação com as tarifas chega a 130% da folha de salários do setor. Frisou, no entanto, que os custos dos bancos são pressionados por serviços terceirizados e por investimentos em tecnologia.

Produtores querem política pública para o etanol

A definição de uma política pública para o etanol foi defendida por Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica). Ele participou na quinta-feira de debate da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis sobre o mercado de etanol.

Para o representante dos produtores, o governo federal tem de apresentar uma “definição clara da participação do álcool [em termos de percentagem] na matriz energética brasileira”.

– A definição tem de ser dada. E não será o mercado que fará isso – disse, acrescentando que, atualmente, a “velocidade da oferta de etanol é maior do que a projeção da demanda, o que poderá levar a um ciclo não virtuoso de queda de remuneração e desaceleração de investimentos”.

A solução para o problema da superoferta de etanol, segundo Rodrigues, está na ampliação do mercado e na otimização da infra-estrutura – o que se viabilizaria por meio da participação

do governo federal.

Os senadores sul-mato-grossenses Marisa Serrano (PSDB) e Valter Pereira (PMDB) manifestaram preocupação com um possível excesso na oferta de etanol, devido à expansão da produção alcooleira em seu estado.

Marisa Serrano ressaltou que “o etanol assumiu uma importância muito grande no desenvolvimento de Mato Grosso do Sul; há uma corrida no estado para a produção de cana-de-açúcar”. Tanto ela quanto Valter Pereira apontaram para o risco de que a oferta se torne maior que a demanda. Na avaliação do parlamentar, o mercado nacional de etanol é promissor, mas não é capaz de se expandir indefinidamente.

O presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Henry Joseph Júnior, afirmou que o mercado externo “certamente crescerá, mas infelizmente não podemos dizer a que volume”.

Destaques às relações Brasil-Estados Unidos

Ao sair de reunião restrita a senadores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o embaixador dos Estados Unidos, Clifford M. Sobel, afirmou que o primeiro Fórum de CEOs (*chief executive officers*, expressão em inglês para designar o principal executivo de uma empresa) Brasil-EUA, promovido pelo Palácio do Planalto e pela Casa Branca, marcaram um importante momento nas relações bilaterais.

– Eu penso que ambos os governos estão interessados em apoiar os nossos líderes empresariais na negociação para fazer crescer nosso comércio, o que inclui os produtos agrícolas

– declarou o embaixador.

Além de questões tarifárias, reciprocidade diplomática, narcotráfico, democracia e Mercosul, o embaixador tratou da visita de uma delegação de senadores norte-americanos ao Brasil, ainda este ano. O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que uma delegação de senadores brasileiros visitará os Estados Unidos com o mesmo objetivo. Heráclito disse ter partido do embaixador a iniciativa de procurar a comissão.

Por sua vez, Clifford Sobel frisou que, para reduzir tarifas alfandegárias, é importante conversar.



Em debate na Comissão de Educação, Cristovam Buarque (C) anuncia proposta para o setor

Comunicação de massa pode ter lei atualizada

O presidente da Comissão de Educação (CE), Cristovam Buarque (PT-DF), anunciou que o colegiado deverá tomar a iniciativa de elaborar um projeto de Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica. Ao final de mais uma audiência pública sobre o tema, na terça-feira passada, promovida em conjunto com a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, o senador disse que o texto poderá servir de base para o debate sobre o tema entre os senadores e com o governo.

A elaboração da proposta também foi defendida por Marconi Perillo (PSDB-GO), que sugeriu

a apresentação do projeto, “sem qualquer afronta ao governo”.

Para o professor Laurindo Leal Filho, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), a nova lei “já vem tarde”. Ele observou que a comunicação de massa no Brasil ainda é regida por uma lei de 1962.

O jornalista Ethevaldo Siqueira sugeriu a aprovação de uma lei única para todo o setor de comunicação, aí incluídas as telecomunicações e a comunicação de massa. Já o assessor especial da Casa Civil para a área de comunicação, André Barbosa Filho, propôs uma espécie de “convergência legal” na elaboração do

projeto, que vai regulamentar o setor de comunicação em tempo de convergência tecnológica.

Uma das metas da nova legislação deveria ser a garantia de que os benefícios da convergência tecnológica cheguem ao consumidor final, defendeu o presidente-executivo da Associação Brasileira de Prestadores de Serviços de Telecomunicações Competitivas, Luis Cuza. Por sua vez, o coordenador jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, Joaquim Carlos Carvalho, propôs a realização de uma conferência nacional de comunicação para debater a proposta da nova legislação.

Ministro anuncia recuperação de rodovias

Em 2010, as rodovias federais brasileiras estarão em boas condições de tráfego. A previsão foi feita na última quinta-feira pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Ele afirmou que a prioridade do atual governo é recuperar a malha rodoviária federal, que tem hoje em torno de 80 mil quilômetros.

O ministro disse que os recursos destinados à recuperação de rodovias federais crescem ano a ano. Em 2003, observou, foram canalizados R\$ 2 bilhões. Já neste ano, os recursos chegaram a R\$ 8,1 bilhões. A previsão é que

o Orçamento da União reserve para 2008 cerca de R\$ 10 bilhões para recuperar rodovias.

“Ferrovia Norte-Sul é estratégica para o país”

Também foi debatido o andamento das obras da Ferrovia Norte-Sul, projeto de cerca de 2.100 quilômetros, que atravessa o Centro-Oeste e o Norte, conectando-se com a estrada de ferro Carajás e com a Centro Atlântica. Para o ministro, a ferrovia é uma obra “estratégica” para o país e, quando concluída, irá melhorar o escoamento da produção para exportação, com reflexos positivos para o desenvolvimento regional,

a redução dos custos de comercialização no mercado interno e o incentivo à produção.

Requerimento da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), solicitando audiência pública para debater o processo de concessão de rodovias no país foi aprovado pela CI. Também foi acolhido requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) pedindo debate com o ministro das Minas e Energia, Nelson Hubner, sobre os futuros leilões destinados a selecionar as empresas ou concessionárias que irão construir e explorar as hidrelétricas de Santo Antônio e Girau, no rio Madeira, em Rondônia.

Especialista sugere educação ambiental

O Brasil está retomando o ciclo de desenvolvimento econômico depois de quase duas décadas de estagnação. O grande desafio agora é aliar crescimento com inclusão social, com a manutenção dos valores democráticos e principalmente com a preservação ambiental, ação que passa pela educação. Também é preciso conscientizar a população que cresceu acreditando na “eternidade” dos recursos naturais. Essas foram algumas das conclusões da última reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Para formar essa conscientização, explicou Hamilton Pereira, secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, uma das ações do ministério é a criação do Sistema Nacional de Educação Ambiental (Sisnea), a partir da Política Nacional de Educação Ambiental em vigor.

Durante a reunião, foi aprovado requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) que solicita uma audiência pública para que o Brasil assumira metas de redução de emissões de CO₂ a partir de 2012.

CMA estará no 5º Fórum Internacional da Água

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai realizar audiência pública para examinar e debater temas a serem levados ao 5º Fórum Internacional da Água, que será realizado em 2009, em Istambul. Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que solicitou a reunião, disse ter tido a iniciativa depois que a CMA recebeu o diretor de Planejamento, Gestão e Capacitação da Agência Nacional de Águas (ANA), Benedito Braga. Ele afirmou que foi convidado para o fórum e sugeriu que integrantes da CMA também participem do evento.

Braga explicou que o encontro internacional pretende buscar uma gestão eficiente dos recursos hídricos, em nível global. Para o diretor da ANA, por deter cerca de 12% da água potável do mundo, o Brasil tem importância e experiência de vulto para participar do seminário.

Outra audiência pública a ser realizada pela CMA vai examinar preços de serviços de energia elétrica e regras de aumento dessas tarifas.

PLENÁRIO

Eleitor poderá cobrar princípios de partido

O eleitor brasileiro poderá ganhar um instrumento para cobrar que o partido se mantenha fiel a seus princípios. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou que vai apresentar projeto de lei possibilitando aos cidadãos pedirem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que casse a sigla de partido político, mediante a apresentação de abaixo-assinado com determinado número de assinaturas.

O senador explicou que o objetivo da proposta é completar o instituto da fidelidade partidária, exigindo o compromisso não apenas dos filiados e dos políticos que o representam, como foi aprovado pelo Senado na última semana (com voto favorável de Cristovam), mas também do partido.

Cristovam quer permitir ao cidadão abrir processo para sigla ser cassada

– E para que isso seja feito, haverá uma preliminar. É preciso que os partidos registrem no TSE, com rigor, os seus compromissos. Não é a assinatura do eleitor que vai cassar a sigla. Isso seria uma temeridade. A idéia é abrir o processo de cassação da sigla.

E os parlamentares dessa sigla, se um dia alguma for cassada, vão se espalhar pelos partidos que quiserem – explicou.

Cristovam argumentou que, ou o Legislativo cria uma lei de fidelidade partidária de mão dupla – isto é, que exija a fidelidade do parlamentar, e também da legenda, aos princípios fundadores da agremiação registrados na Justiça Eleitoral –, ou qualquer norma concernente a esse assunto “ficará incompleta”.

– Eu mudei do PT para o PDT, mas duvido verem uma mudança no meu discurso, antes, no meio ou depois. Quem é mais infiel? Quem mantém a coerência mudando de sigla ou quem, incoerentemente, continua na mesma sigla? Não tenho dúvida de que fiel é quem se mantém ligado ao que prometeu aos seus eleitores.

Cristovam lembrou que o PT era radicalmente contra a CPMF, sendo hoje inteiramente a favor. Observou que se posicionou a favor desse tributo antes, quando integrava o PT, e continua favorável agora, no PDT. Mas ressaltou que a CPMF tem “grave defeito da destinação”, a qual, em sua opinião deveria ser, basicamente, para saúde e educação.

– O problema não está no imposto, está no destino do dinheiro. Agora, e o PSDB, é coerente? Fez o imposto e agora é contra – questionou.

Crivella anuncia a unificação da África

Em breve o mundo terá a oportunidade de assistir à criação dos “Estados Unidos da África”, nos mesmos moldes da União Europeia e da própria República Americana, disse Marcelo Crivella (PRB-RJ). O senador, que esteve recentemente em visita àquele continente, integrando comitiva do presidente Lula, informou que, dos 54 países da África, 53 já assinaram acordo em favor da unificação, restando apenas o Marrocos a referendar “o sonho” da unidade africana.

– A nova África que está por

nascer será um continente sem fronteiras, com Banco Central próprio, uma só bandeira, e uma única moeda – afirmou.

O senador lembrou que alguns países africanos detêm alta tecnologia em setores considerados prioritários, a exemplo da África do Sul, que extrai diamante e ouro do fundo do mar.

Crivella defendeu ainda que o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudo para cursos superiores, também seja estendido a estudantes africanos no Brasil,



Crivella: a nova África que surgirá em breve será um continente sem fronteiras

especialmente aos oriundos de Angola, Moçambique e Cabo Verde, países de língua portuguesa.

Paim espera que biólogo seja punido

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), anunciou que vai propor, esta semana, que o colegiado apresente sugestão à Organização das Nações Unidas (ONU) para que o biólogo James Watson seja denunciado junto ao Tribunal Internacional por crime contra a Humanidade.

Ganhador de Prêmio Nobel pela descoberta da estrutura do DNA, Watson afirmou recentemente que “os africanos são menos inteligentes do que os ocidentais”. Apesar de o biólogo ter pedido desculpas pelas declarações concedidas a um

jornal britânico, o senador disse que vai manter, inclusive, o voto de repúdio contra as declarações do biólogo, apresentado à Mesa do Senado, já que, no pedido de desculpas, segundo Paim, Watson também se posicionou contra homossexuais e obesos.

Paim ainda se mostrou contrário à aprovação, pela Câmara, de uma emenda ao projeto do Executivo que define a nova estrutura sindical brasileira, acabando com a obrigatoriedade da contribuição sindical. Ele defendeu que a matéria seja amplamente debatida no Senado, incluindo a

votação de projeto de sua autoria (PLS 248/06) que veda a fixação de percentual de contribuição superior a 1% da remuneração bruta anual do trabalhador em atividade.

O senador também enalteceu decreto do Ministério da Educação determinando que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) ofertem educação profissional e tecnológica, qualificando os educandos para atenderem à vocação econômica dos setores da região em que estão inseridos (Decreto 6.095/07).

Simon: Lula mudou ao assumir o governo

Ao comentar o artigo do escritor Frei Betto, publicado na semana passada no jornal *Correio Brasileiro*, sobre a desmoralização das forças de esquerda no Brasil, Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o religioso integrou o governo Lula.

– Frei Betto me disse que ainda é amigo do presidente, mas saiu do governo porque sentiu que não poderia mais ajudar – explicou.

Simon afirmou que o artigo “Como endireitar um esquerdista” dá uma receita simples: “dê-lhe um emprego que tenha um bom salário, com mais direitos que deveres. O cheiro do dinheiro misturado

ao poder vira a cabeça de qualquer revolucionário”. Para o senador, trata-se de um texto profundo, que todos deveriam ler, inclusive Lula.

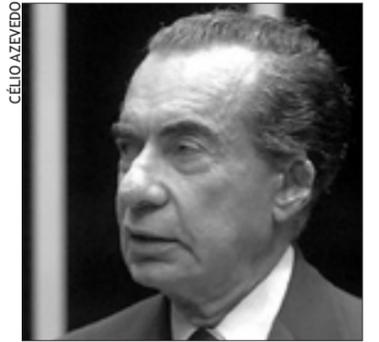
Simon frisou ainda que Lula deveria ter sido eleito em 1989 porque, naquele tempo, não estava comprometido com tantas forças políticas e poderia ter feito um governo bem melhor. O senador lamentou a mudança de pontos de vista de Lula. “Em discurso na África, o presidente disse que o PT sempre foi contra a CPMF porque estava na oposição. Agora que está no governo compreendeu que o imposto é insubstituível”, declarou.

Durval critica proposta de estado do Rio São Francisco

A proposta de criação do estado do Rio São Francisco, a partir do desmembramento de parte da Bahia, foi criticada por João Durval (PDT-BA). O senador disse que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara rejeitou, na última quarta-feira, dois projetos que autorizam a realização de plebiscito para decidir sobre o assunto. O novo estado seria localizado na região oeste da Bahia, onde, lembrou João Durval, existem 35 municípios. O senador citou estimativas segundo as quais a criação dessa unidade da Federação causaria um prejuízo de quase R\$ 170 milhões.

– Seria um novo ator a pleitear os escassos recursos nacionais para o atendimento de suas demandas e o custeio de sua estrutura – declarou.

Mesmo concordando com um dos argumentos utilizados pelos defensores do plebiscito – o de que a região recebeu pouca



Durval é contra desmembrar o estado, mas concorda que oeste da Bahia precisa de atenção

atenção do governo baiano nos últimos anos – o senador disse que o governador Jaques Wagner afirma que o desmembramento levaria à interrupção dos investimentos previstos para a região, o que impediria sua aproximação com a capital. A distância entre o oeste da Bahia e a sede do governo estadual é um dos problemas apontados por aqueles que defendem a separação.

Mesquita Júnior: atenção a pequenos proprietários

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ocupou a tribuna na sexta-feira passada para pedir a ação do poder público, dos níveis federal e estadual, junto aos pequenos proprietários de terra, principalmente na Amazônia, no sentido de oferecer condições e alternativas para a substituição das práticas de derrubada e queimada de florestas. Ele defende a parceria entre estado e governo federal para executar paulatinamente mecanismos que permitam fazer o que chamou de “substituição tecnológica”, voltada para o reaproveitamento de áreas desmatadas e o incentivo à preservação racional da floresta amazônica.

– É fácil a gente atribuir a responsabilidade pelo des-

matamento a esses pequenos proprietários, mas muitas das vezes eles não têm alternativa nenhuma e acabam derrubando madeira para fazer um dinheirinho rápido que lhes permita iniciar sua produção – afirmou.

Ainda em seu pronunciamento, Mesquita Júnior elogiou o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pela coragem de declarar publicamente que o país passa por uma verdadeira epidemia de dengue. O senador também lembrou discurso proferido por ele no dia anterior, quando criticou a intensa criação de cargos comissionados pelo Executivo, em detrimento, segundo ele, dos funcionários públicos de carreira, cujas reivindicações salariais são tratadas com “desrespeito e negligência”.

Raupp reclama de adiamento da obra de gasoduto

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), protestou contra as notícias de que não há gás natural suficiente para abastecer os gasodutos Coari-Manaus e Urucu-Porto Velho. Como o primeiro já teve suas obras iniciadas, o outro, destinado a abastecer Rondônia e Acre, teria de esperar.

– O Urucu-Porto Velho está com a licença ambiental liberada, após um processo que levou quatro anos, e agora as autoridades federais dizem que não há gás suficiente para abastecer as térmicas – afirmou Raupp. O senador disse que essa obra representará grande economia para as usinas termelétricas do estado, que passariam a queimar gás natural em vez de óleo diesel.

Mão Santa presta homenagem ao Dia do Piauí

O Dia do Piauí foi lembrado por Mão Santa (PMDB-PI) na última sexta-feira. A data comemora a adesão do Piauí ao processo de independência do Brasil – que, apesar de ter sido proclamada em 7 de setembro de 1822, não ocorreu simultaneamente em todo o país, pois a Coroa portuguesa ainda tentou manter seu domínio sobre o Norte brasileiro. O senador disse que em 19 de outubro de 1822 a cidade piauiense de Parnaíba declarou sua adesão à Independência.

– Nós temos de celebrar essa data – afirmou Mão Santa, que já foi prefeito de Parnaíba. O senador lembrou ainda a Batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823, no local onde está hoje o município de Campo Maior, também contra a Coroa portuguesa.

Voz do Leitor

MEIO AMBIENTE

“Solicito uma fiscalização mais rigorosa para coibir os crimes ambientais cometidos por empresas.”

Elzo Juvêncio de Araújo, de Murici (AL)

MULTAS

“Como representante da Confederação Nacional das Obras Sociais e Missionárias, peço a intervenção do Senado junto à Presidência da República, solicitando a concessão de cancelamento e a exclusão das dívidas providas e multas fiscais geradas às entidades sem fins lucrativos do terceiro setor, impetradas pela Receita Federal devido a atrasos na declaração do IRPJ. É extremamente grave a situação de muitas entidades perante os órgãos do governo com altas dívidas de 1990 para cá.”

Dercy de Sousa Alves, de Bom Sucesso (MG)

HOMOSSEXUALISMO

“Protesto contra o projeto de criminalizar opiniões discordantes do homossexualismo. Quem quiser ser homossexual, paciência, mas é inadmissível que queiram amordaçar quem é contrário. Onde fica a democracia?”

Ana Petrucelli, de São Paulo (SP)

TELEFÔNICAS

“Considero salutar o Projeto de Lei 589/07, da Câmara dos Deputados, que obriga as empresas prestadoras de serviços a disponibilizarem atendimento telefônico automático para o consumidor cancelar o serviço, sem a intervenção de atendentes. Quem já precisou cancelar algum serviço sabe a dificuldade que é, principalmente quando se trata de telefonia e cartão de crédito. A ligação,

misteriosamente, sempre cai. Isso quando não nos deixam longos minutos ouvindo uma música de gosto duvidoso, ou quando somos obrigados a passar por vários atendentes, sem resolver o problema.”

Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

CAMPANHA ELEITORAL

“Parabenizo os parlamentares por terem proibido as campanhas políticas com entrega de camisetas e panfletos. Sugiro ainda que não seja permitida a reeleição em nenhuma hipótese.”

Raimundo Ivan Rocha Filho, de Jaguaruana (CE)

DEFENSORIA

“No Brasil, principalmente nas cidades do Nordeste com mais de 50 mil habitantes, faltam defensores públicos.”

Francisco Samarone Brito Xavier, de Camocim (CE)

AGÊNCIAS REGULADORAS

“As agências reguladoras do país deveriam fazer uma consulta popular antes de tomar decisões. Elas vêm trabalhando de forma não democrática.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

VIOLÊNCIA

“Já perceberam que, em confronto com marginais, muitas vezes policiais tombam feridos e se vêem desprotegidos, à mercê da própria sorte? Não acham que, na condição de cidadão, o homem de boa-fé poderia ser de imensa valia? Por que razão o Estado não propõe ao cidadão que valorize a defesa da ordem, sendo coadjuvante na manutenção da lei e dando suporte a uma máquina pública séria?”

Ricardo Luiz Wagner Pinheiro, de Niterói (RJ)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

VOTO ABERTO

Luiz Carlos Rocha dos Santos, de Cachoeira (BA)

“Qual a expectativa do senhor quanto à aprovação da PEC 38/04, que institui o voto aberto?”

O senador Osmar Dias (PDT-PR) responde:

Eu acredito, sinceramente, que nós conseguiremos aprovar no Plenário do Senado o fim do voto secreto para todas as votações, porque este é um anseio de toda a sociedade, demonstrado em manifestações públicas e em e-mails que nós recebemos todos os dias.

Para recuperar a sua credibilidade, depois da longa crise que enfrentamos, o Senado precisará votar muito bem sintonizado com o que pensa a sociedade. Desde 2003 eu tenho mantido a minha posição pelo voto aberto, mas infelizmente a proposta foi derrotada na época. Para sua informação, atualmente há três propostas de emenda constitucional que tratam do voto aberto na pauta do Plenário. Além da PEC 50/06, apresentada pelo senador Paulo Paim, que institui o voto aberto em todas as deliberações do Senado, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional (reuniões conjuntas das duas casas), temos a proposta de emenda à Constituição apresentada em 2004 pelo então senador Sérgio Cabral, que você cita – a PEC 38 –, que estabelece o voto aberto para todas as votações, exceto para a eleição das mesas, e a PEC 86/07, do senador Alvaro Dias.



Agora é lei

Cidadania no ensino fundamental

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, a partir de agora, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, de acordo com a Lei 11.525/07, que já está em vigor. O projeto que deu origem à medida foi apresentado pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE). De acordo com a senadora, diante dos problemas que envolvem a violência e a discriminação de crianças e jovens e do desconhecimento dos seus direitos, “é importante universalizar o conhecimento dos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente para o público infanto-juvenil, para que depois estes, conscientes de seus direitos, possam, ao invés de serem apenas meras vítimas, se transformar em um dos protagonistas da luta pela garantia destes direitos”.

O texto da nova legislação acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) o ensino do novo conteúdo nas escolas e esclarece que não será necessário criar uma disciplina, mas os professores precisarão desenvolver os conteúdos do estatuto em sala de aula. Será produzido e distribuído material didático adequado sobre as questões que devem ser abordadas pelos professores. Com a iniciativa, a senadora quis reforçar o que já vem sendo praticado pelas escolas, que trabalham com conteúdos relativos a ética, cidadania, vida familiar e social e pluralismo cultural.

Para a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e subsecretária para a Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente, Carmen Oliveira, a medida é uma vitória e ampliará a divulgação do estatuto, que já existe há 17 anos. Ela considera preocupante a desinformação de crianças e adolescentes sobre os seus direitos, bem como as distorções de interpretação a que eles estão sujeitos. Um exemplo, segundo a subsecretária, são as pressões sociais para o rebaixamento da idade penal.

Frases

“Não sou candidato em hipótese alguma. (...) Não podemos abrir espaço para disputas de grupos e interesses que venham a prejudicar uma agenda legislativa que é vital para recuperar a imagem da instituição”

Tião Viana, presidente interino do Senado, sobre debates sobre uma possível sucessão de Renan Calheiros, licenciado.

“Discutir sucessão agora não agrega nada, o mais sensato é passarmos por essa interinidade com responsabilidade”

Renato Casagrande, ao avaliar o debate sobre mudança definitiva de presidente.

“Sou do PMDB, partido da base do governo, mas não sou obrigado a aceitar essa sinistrose”

Valter Pereira, criticando o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que ameaçou aumentar impostos se a CPMF não for prorrogada.

“O presidente disse que vai aprovar a prorrogação da contribuição apesar do 'DEMOS'. É uma atitude truculenta”

José Agripino, reagindo a declaração do presidente Lula.

“A gente fala em fidelidade do parlamentar, do eleito, ao partido e não fala da fidelidade do partido ao seu eleitor. Eu mudei de partido. Desafio qualquer pessoa a encontrar uma infidelidade no meu discurso”

Cristovam Buarque, que trocou o PT pelo PDT.

“O presidente Hugo Chávez tem de dar garantias muito evidentes aos países que compõem o Mercosul de que não conduzirá a Venezuela ao autoritarismo”

José Sarney, sobre as para aprovar a adesão da Venezuela ao Mercosul.

“Está na hora de se respeitar a mulher brasileira e as crianças”

Patrícia Saboya, após o projeto de licença-maternidade de seis meses ser aprovado na CCJ.

Foto da Semana

Tião Viana concede entrevista coletiva após assumir interinamente a Presidência do Senado no lugar do licenciado Renan Calheiros. Segundo Viana, pensar em sucessão neste momento poderia levar a disputas políticas capazes de prejudicar a imagem da Casa. O senador afirma que, quando o assunto sucessão vier à baila, deverá ser por iniciativa do PMDB, dono da maior bancada



JOSÉ CRUZ

Rádio visita parques nacionais

O processo de criação de parques nacionais e o procedimento adotado pelo Instituto Chico Mendes para desapropriação de terras e eventuais indenizações às famílias que vivem na região onde o parque foi criado é o assunto do *Fique por Dentro da Lei*, nesta terça-feira, às 8h30, na Rádio Senado.

O programa vai entrevistar Boris Alexandre, coordenador nacional de Regularização Fundiária do Instituto Chico Mendes, que prestará esclarecimentos e dará a orientação solicitada pela ouvinte Maria Lúcia Silva, de Carolina, no Maranhão.



Fundação Chico Mendes: programa discutirá papel de instituto que leva o nome do seringueiro

Leituras, da TV Senado, entrevista Armindo Trevisan

O programa *Leituras*, da TV Senado, recebe o poeta gaúcho Armindo Trevisan. Doutor em Filosofia pela Universidade de Fribourg, Suíça, ele acaba de lançar o livro *Cartas à minha neta*, em que constrói, ao longo das 17 cartas destinadas à neta Ingrid, uma autobiografia espiritual. O programa vai ao ar no sábado, às 9h30 e às 20h, e no domingo, às 8h e às 20h30.

Conexão Senado debate CPMF

A prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é o tema especial do *Conexão Senado*, que a Rádio Senado transmite nesta segunda-feira, ao meio-dia. O Senado negocia alterações na proposta de emenda constitucional (PEC) e a expectativa é de modificações no texto, de acordo com o próprio presidente em exercício, senador Tião Viana. Ele admitiu que, da forma como foi aprovada pela Câmara, a prorrogação do

tributo não deve passar no Senado.

Por enquanto, o texto prevê a prorrogação até 2011 tanto da CPMF como da Desvinculação de Receitas da União (DRU). O governo trabalha para manter o texto dos deputados, mas já fala em uma possível diminuição da alíquota no futuro.

Atualmente, a CPMF mantém programas como o Bolsa Família, financiamentos da Previdência Social, além de atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS).

ANTT: diretor discute rodovias privatizadas

O jornalista Cezar Motta entrevista para a Rádio Senado, nesta segunda-feira, às 8h30, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Resende.

No programa *Senado Economia*, o diretor fala sobre privatização de rodovias e o futuro do transporte ferroviário no Brasil.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO - 27.10.2007

1h - Cidadania - Debate
2h - Leituras - Armindo Trevisan
2h30 - Inclusão - Arte popular
3h30 - Cidadania - Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania - Debate
7h - Alô Senado
7h15 - Ecosenado
7h30 - Cidadania - Entrevista
8h - De coração
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras (reprise)
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - O Esplendor da Música de Vila Rica dos séculos XVIII e XIX
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Inclusão (reprise)
12h30 - Cidadania Debate
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado
13h30 - Cidadania - Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira - Tropas e Boiadas
16h30 - Repórter Senado - ZPEs
17h30 - Cidadania
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania - Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras (reprise)
20h30 - Ecosenado
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Repórter Senado (reprise)
22h30 - Inclusão (reprise)
23h30 - De coração
24h - Espaço Cultural - Duo

DOMINGO - 28.10.2007

1h - Cidadania - Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado
2h30 - Inclusão - Arte popular
3h30 - Cidadania - Entrevista
4h - Leituras - Armindo Trevisan
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania - Debate
7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje
7h30 - Cidadania - Entrevista
8h - Leituras (reprise)
8h30 - De coração
9h - Inclusão (reprise)
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - O Esplendor da Música de Vila Rica dos séculos XVIII e XIX
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania - Debate
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania - Debate
14h30 - Espaço Cultural - Duo Sciotti
15h30 - Mesa Brasileira - Tropas e Boiadas
16h30 - Inclusão (reprise)
17h30 - Cidadania
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania - Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras (reprise)
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Repórter Senado ZPEs
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polari-zação: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Esten-dida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Pareceres jurídicos do Itamaraty em coletânea

ALEXANDRE GUIMARÃES

Obra de inestimável importância histórica e jurídica são os *Pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty*, publicados em nove volumes dentro da coleção Brasil 500 Anos, do Senado Federal. A organização dos textos coube ao professor Antônio Paulo Capachuz de Medeiros, consultor jurídico do Itamaraty desde 1998.

Criada em 1859 pelo Regulamento Paranhos (em homenagem ao Visconde do Rio Branco, então ministro dos Negócios Estrangeiros) para a Secretaria



REPRODUÇÃO

de Estado, a Consultoria Jurídica é o órgão que, desde então, emite pareceres em todos os principais tópicos da política externa nacional, auxiliando diretamente o ministro das Relações Exteriores e o presidente da República.

Sempre sob a chefia de relevantes juristas, faz-se presente nas negociações de quaisquer ajustes internacionais, nos atos internacionais submetidos à aprovação ou rati-

ficção, na inteligência e na execução de quaisquer obrigações internacionais, nas indenizações reclamadas por via diplomática, nas contestações de Direito Internacional Público ou Privado e, finalmente, nas propostas legislativas e regulamentos apresentados ou expedidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Entre os principais consultores jurídicos, encontram-se destacados juristas, tais como o próprio Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), Clóvis Beviláqua, Gilberto Amado, Hildebrando Accioly e Antônio Augusto Cançado Trindade.

Os volumes reúnem pareceres jurídicos sobre questões relevantes da política externa brasileira, bem como temas relativos ao Direito Internacional Público e Privado, no período compreendido entre 1903 e 1990. Mais do que peças jurídicas, a cada página deparamo-nos com documentos de extrema importância histórica e, muitos, também literária.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. Cada volume dos *Pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty*, organizados por Antônio Paulo Capachuz de Medeiros, coleção Brasil 500 Anos, do Senado, pode ser adquirido por R\$ 25. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO



Denise Zoghbi, João Carlos Zoghbi, Efraim, Agaciel, Paulo Roberto Ramalho na abertura da jornada

Campanha promove doação de sangue

O Serviço de Qualidade de Vida, da Secretaria de Recursos Humanos do Senado (Serh), realizou na semana passada a terceira edição da campanha Doe Sangue, em parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB). Foram captadas 75 bolsas de sangue, colhidas entre os funcionários da Casa. Na campanha do ano passado, foram obtidas 79 bolsas. Todo o sangue doado irá para a sede da FHB.

A campanha fez parte da 1ª Jornada de Saúde e Qualidade de Vida do Senado, promovida pela Secretaria de Recursos Humanos e pela Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams) da Casa, em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Ministério da Aeronáutica, laboratórios Sabin e Fleury, Serviço Social do Comércio do DF (Sesc) e Conse-

lho Regional de Educação Física (Cref).

Após a coleta do sangue, foi servido ao doador um lanche com a finalidade de repor suas necessidades nutricionais imediatas.

Qualidade de vida no trabalho

Na abertura da Jornada de Saúde, realizada em homenagem ao Dia do Servidor – comemorado em 28 de outubro –, participaram o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB); o diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia; o diretor da Serh, João Carlos Zoghbi; e o diretor da Sams, Paulo Roberto Ramalho. Efraim ressaltou a importância de considerar os servidores do Senado em sua totalidade e valorizar sua qualidade de vida.

– Para nós, os servidores não são apenas peças de uma en-

grenagem. São seres humanos e devem ser encarados em sua totalidade, por isso, nos preocupamos com a qualidade de vida de cada um – disse Efraim.

Para Agaciel, é primordial a obtenção de um ambiente harmônico para o bom desenvolvimento do trabalho.

– Devemos sempre tomar medidas que estimulem o equilíbrio da saúde dos servidores em nossas repartições. Esse é um dos principais caminhos para uma administração harmônica – enfatizou.

Os servidores puderam visitar estandes de avaliação clínica, oficinas de lazer e atividade física. Na abertura do programa Cária Zero, para crianças de até 12 anos, filhos dos servidores receberam explicações sobre higiene e câncer bucais. Atividades lúdicas e teatro ensinaram como escovar os dentes.

Arquivo aberto

Darcy Ribeiro faria esta semana 85 anos

Em 26 de outubro de 1922, na cidade de Montes Claros (MG), nasceu Darcy Ribeiro, etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta e romancista. Em 9 de maio de 2001, a TV Senado produziu programa especial que destacou a vida e obra do senador. Darcy Ribeiro diplomou-se em Ciências Sociais com especialização em Antropologia, fundou a Universidade de Brasília (UnB) – da qual foi reitor –, exerceu o cargo de ministro da Educação no governo Jânio Quadros e foi chefe da Casa Civil de João Goulart. Com o golpe militar de 1964, teve os direitos políticos cassados e foi exilado. Em 1976, retornou ao Brasil, sendo anistiado em 1980. Voltou a dedicar-se

à educação e à política, elegendose vice-governador do Rio de Janeiro em 1982 e senador em 1991, quando elaborou e fez aprovar no Senado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996. Em 8 de fevereiro de 1996, Darcy Ribeiro agradeceu em Plenário: “Estou orgulhoso, srs. senadores, porque junto com vossas excelências elaboramos a lei que o Brasil precisava, uma lei luminosa para a educação, uma lei que permitirá ao Brasil certificar a si mesmo como civilização”. Publicou pelo Senado a revista *Carta*, que teve 16 edições com análises dos problemas do Brasil e do mundo. Morreu de câncer em 17 de

fevereiro de 1997. O velório foi no Salão Negro do Congresso Nacional. O *Jornal do Senado na Voz do Brasil* foi inteiramente dedicado a ele. No programa, o então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou: “Amanhã nós faremos uma sessão exclusivamente em homenagem a Darcy Ribeiro”. Em 20 de fevereiro do mesmo ano, a senadora Benedita da Silva afirmou em Plenário: “Ele amava verdadeiramente o povo brasileiro, as etnias, o pobre, o humilde, o intelectual, o ignorante. Ele tinha um amor por este país como nunca pude observar em nenhum outro brasileiro”.



Antropólogo, Darcy Ribeiro foi ministro da Educação e senador. Em fevereiro de 1997, ele morreu de câncer

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Planejamento ameniza imprevistos

Há fatos na vida que parecem ser imprevisíveis, mas são bastante prováveis. E há outros que são mesmo impossíveis de prever. Um bom planejamento financeiro ajuda a evitar os desequilíbrios

financeiros e a garantir tranquilidade diante das situações difíceis. Nesta edição, saiba por que os especialistas recomendam fugir das dívidas e poupar.

Para poupar bem é preciso antes definir os objetivos

Por quanto tempo sua família pode manter o padrão de vida atual no caso de perda de emprego? Seu plano de saúde cobre todas as necessidades? Isso sem contar as despesas extras, normalmente pesadas, de uma faculdade, uma troca de carro, viagem de férias, festa de casamento etc.

A maioria das pessoas não tem reserva financeira e por isso fazem dívidas para cobrir essas despesas. E, é claro, pagam muito mais por elas em razão dos juros cobrados, o que as leva a ter menos dinheiro para guardar ou realizar outros sonhos. Na hora de poupar, é importante dividir os recursos entre seus objetivos:

► **Poupança para aposentadoria** – esse investimento deve ser prioridade e é de longo prazo. O ideal é contratar um plano de previdência, mas outros investimentos sólidos podem ser feitos, como construir um imóvel para alugar, por exemplo. Para conseguir se aposentar com o mesmo padrão de vida, atente para as dicas:

❶ Não conte apenas com a previdência oficial – infelizmente as regras podem mudar a cada governo.

❷ Comece o mais cedo possível – quanto mais tempo você contribuir, menor será o valor a ser depositado todos os meses.

❸ Escolha bem o plano de previdência – especialistas estimam que a renda ideal seria o equivalente a 60% ou 70% da renda do profissional na véspera da aposentadoria. Veja na edição 113 do *Especial Cidadania*, de 13/3/2006, como contratar com segurança



Na hora de fazer as compras, quem quer poupar precisa manter a disciplina, pesquisando preços e deixando de lado os produtos desnecessários

planos de previdência complementar.

► **Reserva para desemprego** – deve ser feita em prazo mais curto, já que não se sabe quando a emergência pode ocorrer e tem que estar disponível a qualquer momento. Se não for utilizado, esse recurso pode ser direcionado para a aposentadoria.

► **Outras reservas** – guardar dinheiro para a reforma ou ampliação da moradia, para as férias, a troca do carro, a faculdade etc. São reservas com prazo certo para utilizar, que devem estar disponíveis nesse prazo e que podem ser feitas de diversas formas, de

acordo com o objetivo: compra de material de construção em promoção (o preço tem que ser muito bom, para justificar a não aplicação do dinheiro), compra de moeda estrangeira, aplicação financeira etc.

Não podem ser esquecidas outras medidas de segurança que garantem tranquilidade financeira em caso de emergência, como plano de saúde e seguros. Veja nas edições 89, de 5/9/2005, 141, de 25/9/2006, e 143, de 9/10/2006 (www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/index.htm) como contratar essas coberturas.

Saiba como evitar descontos excessivos de CPMF

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), assim como todos os tributos, deve ser levada muito a sério.

1. Se você recebe o salário num banco e tem uma conta conjunta em outro, pagará CPMF em cada transferência que fizer. Se aplicar esse dinheiro, pagará o tributo de novo. Para evitar isso, faça com que as duas contas tenham os mesmos titulares. Se for abrir outra conta sozinho, veja se as tarifas cobradas compensam – talvez o melhor seja pagar despesas, ao invés de transferir dinheiro para o cônjuge, por exemplo.

2. Escolha investimentos que não sejam descontados automaticamente na sua conta a cada vencimento, como o Certificado de Depósito Bancário (CDB). Você paga CPMF a cada movimentação. Não deixe de comparar os rendimentos dos investimentos descontando o imposto.

3. Fique atento: não adianta transferir o saldo da sua conta corrente para aplicações de curto prazo. Se o seu dinheiro não ficar um número mínimo de dias na aplicação financeira, a rentabilidade líquida atingida no período poderá ser menor do que o imposto. Você vai acabar pagando para investir.

Fique livre do “custo da pressa”

Qualquer compra tem impacto no gerenciamento do seu dinheiro. Na verdade, cada sonho de consumo tem um preço a ser pago no caso da antecipação da aquisição ou um ganho que se pode ter no adiamento da compra. Para que o planejamento financeiro funcione, essa análise deve ser feita diariamente. Ao parar diante da vitrine, encantado por um produto, é preciso perguntar-se:

❶ Ele é realmente necessário neste momento (imagine todas as situações em que irá usá-lo)?

❷ Ele cabe no orçamento deste mês (considere que você pode se encantar com outros produtos ao longo do mês)?

❸ Se a resposta à pergunta anterior for não: em qual mês você pode incluir essa despesa com menor impacto?

❹ Qual a consequência dessa compra no planejamento financeiro do ano (considere que você terá outros sonhos de consumo ao longo do ano)?

❺ O produto vale o preço pedido? Você já fez uma pesquisa em outras lojas, na internet etc.?

Investimentos: os juros trabalhando a seu favor

O cálculo dos juros compostos age a favor daquele que empresta às instituições financeiras o seu dinheiro, aplicando o que sobra do seu salário ou renda.

Por exemplo: se desde o nascimento do filho os pais investirem R\$ 38 ao mês (10% do salário mínimo) a uma taxa de rendimento mensal de 1%, quando ele completar 18 anos terão quase R\$ 33 mil, ou seja, toda ou parte da faculdade garantida.

Com a chamada “Regra de 72” é possível saber como seus investimentos podem render com diferentes taxas de juros, facilitando a escolha

Já nas dívidas, as taxas estão contra você

Se você tem uma dívida de R\$ 10 mil a uma taxa de 2% ao mês, ao fim do primeiro mês a dívida será de R\$ 10.200 e, no mês seguinte, os 2% serão cobrados sobre esses R\$ 10.200 (capital + juros do primeiro mês), fazendo com que o saldo devedor cresça para R\$ 10.404, e assim sucessivamente. Isso ocorre com empréstimos em banco, nas compras a prazo, nos financiamentos de automóvel, casa etc. Os juros estão embutidos e você às



de como poupar. Você pode calcular em quantos anos, aproximadamente, seu dinheiro vai dobrar, dividindo 72 pela taxa de juros anuais: com juros de 6% ao ano, por exemplo, seu dinheiro irá dobrar a cada 12 anos ($72 \div 6$

= 12). Já uma taxa anual de 12% fará seu dinheiro dobrar em seis anos, sem que você tenha que adicionar qualquer quantia. Mesmo se você puder investir apenas R\$ 50 - ou até menos -, no final fará diferença.

vezes não percebe o quanto sua dívida aumentou (o total a prazo geralmente está naquela letreirinha miúda do cartaz da promoção).

Por isso, os especialistas recomendam que é melhor economizar e ir juntando dinheiro para, pelo menos, dar uma boa entrada. Mas o bom mesmo é comprar à vista ou, em último caso, diminuir a quantidade de parcelas. Veja este exemplo: uma TV de 29 polegadas custa à vista R\$ 999. Ou você pode pagar

15 vezes de R\$129. O total a prazo será R\$1.935 - quase o dobro (100%) do que você pagaria à vista, sendo que nesse mesmo período de 15 meses os juros pagos pela poupança não chegarão a 15%. No final, as parcelas que você pagou dariam para comprar dois produtos iguais. Essa é a razão do chamado “desconto” para pagamento à vista. Na verdade, o descontos são os juros que seriam cobrados se você comprasse a prazo.

Saiba mais

Banco Central do Brasil
Setor Bancário Sul (SBS)
Quadra 3 - Bloco B -
Edifício-sede
Brasília (DF)
CEP 70074-900
(61) 3414-1414
www.bcb.gov.br

O Bacen tem um programa de educação financeira para pessoas físicas e escolas, e uma área do site é destinada à educação financeira de crianças e jovens - o BC Jovem (www.bcb.gov.br/htms/bcjovem/default.htm).